

ANO III - EDIÇÃO Nº 570 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 08 de agosto de 2018

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 631/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e considerando o Requerimento formulado pelo Promotor de Justiça Reinaldo Koch Filho;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir desta data, Laylla Fernanda Lopes da Silva, CPF nº 031.595.251-20, para provimento do cargo em comissão de Auxiliar Técnico – DAM 2.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 632/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação à servidora MONNA MARIAH MEDEIROS PAES, Auxiliar Técnico – DAM 2, matrícula nº 154618, na Promotoria de Justiça de Araguacema, retroagindo seus efeitos a 02 de agosto de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 633/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO, MARCELO ULISSES SAMPAIO e RODRIGO ALVES BARCELLOS, para atuarem em conjunto com a Promotora de Justiça ISABELLE ROCHA VALENÇA FIGUEIREDO, nos Autos nos 0000578-73.2018.827.2727 e 0000809-03.2018.827.2727, que tramitam na Promotoria de Justiça de Natividade, acompanhando o feito até seus ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00189

ASSUNTO: Alteração do contrato nº 046/2017, referente à prestação de serviços de vigilância armada – 2º Termo Aditivo.

INTERESSADAS: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Ipanema Segurança Ltda.

DESPACHO Nº 392/2018 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando a manifestação favorável constante do Parecer Administrativo nº 175/2018, às fls. 1898/1902, emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, com fundamento no art. 57, inciso II, bem como no art. 65, inciso I, alínea “b”, c/c § 1º, da Lei nº 8.666/93, AUTORIZO a prorrogação do Contrato nº 046/2017, firmado entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Ipanema Segurança Ltda, referente à prestação de serviços de vigilância armada, por mais 12 (doze) meses, a partir de 01/09/2018, bem como o acréscimo de R\$ 6.052,70 (seis mil, cinquenta e dois reais e setenta centavos) no valor mensal, relativo à inclusão de 01 (um) Posto de Vigilância 44h diurno, de 2ª a 6ª feira, na sede da Promotoria de Justiça de Ananás-TO, passando o valor global mensal de R\$ 264.622,59 (duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos) para R\$ 270.675,29 (duzentos e setenta mil, seiscentos e setenta e cinco reais e nove centavos). Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato originário e DEFIRO a lavratura definitiva do Segundo Termo Aditivo ao citado Contrato. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 07 de agosto de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Chefe de Gabinete da P.G.J.

THAÍS CAIRO SOUZA LOPES
Promotora Assessora do P.G.J.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Ouvidora

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CESAF

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Coordenadora

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO Telefone: (63) 3216-7600

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: MÁRCIA MIRELE STEFANELLO VALENTE

DESPACHO Nº 393/2018 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pela Promotora de Justiça MÁRCIA MIRELE STEFANELLO VALENTE, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 08, 09 e 10 de agosto de 2018, em compensação aos períodos de 21 e 22/04/2017 e 23 a 27/01/2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de agosto de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 19.30.1540.0000030/2018-02

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: FREDSON MOREIRA FREITAS

DESPACHO Nº 395/2018 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando as viagens a serviço desta Instituição efetuadas pelo Oficial de Diligências FREDSON MOREIRA FREITAS, itinerário Araguaína/Colinas do Tocantins/Araguaína, nos dias 05 e 06/07/2018; 10 e 11/07/2018; 16 e 17/07/2018; 23 e 24/07/2018 e 30 e 31/07/2018, conforme descrito na Memória de Cálculo nº 065/2018 e respectivos documentos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido servidor, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 536,74 (quinhentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de agosto de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATO CSMP Nº 042/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de desistência ao

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Edital nº. 203, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 534, em 18/06/2018, para Remoção/Promoção ao cargo de **Promotor de Justiça de Aurora do Tocantins**, pelo critério de **Antiguidade**, do candidato Gustavo Schult Júnior.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 043/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de desistência ao **Edital nº. 276**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 534, em 18/06/2018, para Remoção/Promoção ao cargo de **Promotor de Justiça de Filadélfia**, pelo critério de **Antiguidade**, dos candidatos Gustavo Schult Júnior e Luma Gomides de Souza.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 044/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de desistência ao **Edital nº. 277**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 534, em 18/06/2018, para Remoção/Promoção ao cargo de **Promotor de Justiça de Ananás**, pelo critério de **Mercimento**, dos candidatos Gustavo Schult Júnior e Luma Gomides de Souza.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 045/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de desistência ao **Edital nº. 278**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 534, em 18/06/2018, para Remoção/Promoção ao cargo de **Promotor de Justiça de Xambioá**, pelo critério de **Antiguidade**, do candidato Gustavo Schult Júnior.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 046/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de desistência ao **Edital nº. 279**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 534, em 18/06/2018, para Remoção/Promoção ao cargo de **1º Promotor de Justiça de Colméia**, pelo critério de **Mercimento**, do candidato Gustavo Schult Júnior.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 047/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de desistência ao **Edital nº. 280**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 534, em 18/06/2018, para Remoção/Promoção ao cargo de **Promotor de Justiça de Araguaçu**, pelo critério de **Antiguidade**, dos candidatos Gustavo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Schult Júnior e Luma Gomides de Souza.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 048/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de desistência ao **Edital nº. 281**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 534, em 18/06/2018, para Remoção/Promoção ao cargo de **2º Promotor de Justiça de Colméia**, pelo critério de **Merecimento**, do candidato Gustavo Schult Júnior.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 049/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de desistência ao **Edital nº. 388**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 534, em 18/06/2018, para Remoção/Promoção ao cargo de **3º Promotor de Justiça de Guaraí**, pelo critério de **Antiguidade**, dos candidatos Elizon de Sousa Medrado e Luciano César Casaroti.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 050/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de desistência ao **Edital nº. 389**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 534, em 18/06/2018, para Remoção/Promoção ao cargo de **3º Promotor de Justiça de Araguaína**, pelo critério de **Merecimento**, dos candidatos Adailton Saraiva Silva, Elizon de Sousa Medrado, Guilherme Cintra Deleuse, Luciano César Casaroti, Milton Quintana e Rafael Pinto Alamy.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 051/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de desistência ao **Edital nº. 390**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 534, em 18/06/2018, para Remoção/Promoção ao cargo de **6º Promotor de Justiça de Araguaína**, pelo critério de **Antiguidade**, dos candidatos Adailton Saraiva Silva, Cynthia Assis de Paula, Elizon de Sousa Medrado, Guilherme Cintra Deleuse, Luciano César Casaroti, Milton Quintana.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Presidente do CSMP/TO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

**PAUTA DA 193ª SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
14/08/2018 – 9H**

- | | |
|--|---|
| <p>1 Apreciação de Ata;</p> <p>2 Julgamento do Concurso de Promoção à Procuradoria de Justiça:</p> <p>2.1 Autos CSMP nº 125/2018 – Edital nº 015/2018 – Cargo: 9º Procurador de Justiça. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro José Demóstenes de Abreu);</p> <p>3 Julgamento dos Concursos de Remoção/Promoção às Promotorias de Justiça de 3ª Entrância:</p> <p>3.1 Autos CSMP nº 126/2018 – Edital nº 388/2018 – Cargo: 3º Promotor de Justiça de Guaraí. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);</p> <p>3.2 Autos CSMP nº 127/2018 – Edital nº 389/2018 – Cargo: 3º Promotor de Justiça de Araguaína. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro Alcir Raineri Filho);</p> <p>3.3 Autos CSMP nº 128/2018 – Edital nº 390/2018 – Cargo: 6º Promotor de Justiça de Araguaína. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);</p> <p>4 Julgamento dos Concursos de Remoção/Promoção às Promotorias de Justiça de 2ª Entrância:</p> <p>4.1 Autos CSMP nº 129/2018 – Edital nº 276/2018 – Cargo: Promotor de Justiça de Filadélfia. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro José Demóstenes de Abreu);</p> <p>4.2 Autos CSMP nº 130/2018 – Edital nº 277/2018 – Cargo: Promotor de Justiça de Ananás. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);</p> <p>4.3 Autos CSMP nº 131/2018 – Edital nº 278/2018 – Cargo: Promotor de Justiça de Xambioá. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro Alcir Raineri Filho);</p> <p>4.4 Autos CSMP nº 132/2018 – Edital nº 279/2018 – Cargo: 1º Promotor de Justiça de Colméia. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);</p> <p>4.5 Autos CSMP nº 133/2018 – Edital nº 280/2018 – Cargo: Promotor de Justiça de Araguaçu. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro José Demóstenes de Abreu);</p> <p>4.6 Autos CSMP nº 134/2018 – Edital nº 281/2018 – Cargo: 2º Promotor de Justiça de Colméia. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);</p> <p>5 Julgamento dos Concursos de Remoção/Promoção às Promotorias de Justiça de 1ª Entrância:</p> <p>5.1 Autos CSMP nº 135/2018 – Edital nº 202/2018 – Cargo: Promotor de Justiça de Itacajá. Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro Alcir Raineri Filho);</p> <p>5.2 Autos CSMP nº 136/2018 – Edital nº 203/2018 – Cargo: Promotor de Justiça de Aurora. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);</p> <p>5.3 Autos CSMP nº 137/2018 – Edital nº 204/2018 – Cargo: Promotor de Justiça de Arixá do Tocantins. Critério: Merecimento (Não distribuído – Não houve inscrito);</p> <p>5.4 Autos CSMP nº 138/2018 – Edital nº 205/2018 – Cargo: Promotor de Justiça de Araguacema. Critério: Antiguidade (Relator/Conselheiro José Demóstenes de Abreu);</p> <p>6 Autos CSMP nº 007/2018 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Pedido de reconsideração formulado pelo Promotor de Justiça Roberto de Freitas Garcia contra decisão da Corregedoria-Geral no Pedido de Providências (Classe II) nº 004/2018 (Conselheiro José Demóstenes de Abreu);</p> | <p>7 Autos CSMP nº 011/2017 – Interessado: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: Estudo para atualização da Resolução CSMP nº 003/2008 e adaptação às normativas do CNMP, conforme deliberação da 182ª Sessão Ordinária (Conselheiro João Rodrigues Filho);</p> <p>8 Autos nº E-ext nº 2017.0001667 – Interessado: Procurador-Geral de Justiça José Omar de Almeida Júnior. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2017.0001667. Com vista ao Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra, concedida na 192ª Sessão Ordinária;</p> <p>9 Autos CPJ nº 017/2018 – Interessada: Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira – Coordenadora do CESAF. Assunto: Proposta de adoção, no âmbito do MPTO, com similaridade ao MPMG, dos projetos Sociais como instrumento de atuação ministerial, procedendo de conseguinte, a regulamentação dos respectivos procedimentos;</p> <p>10 Autos CSMP nº 004/2018 – Interessado: Promotor de Justiça Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira. Assunto: Questão de ordem relacionada a concurso de remoção/promoção - E-doc nº 07010196855201894 (Corregedor-Geral João Rodrigues Filho);</p> <p>11 Autos CSMP nº 006/2018 – Interessado: Promotor de Justiça Luiz Francisco de Oliveira. Assunto: Requerimento de Autorização para frequência em curso de Mestrado em “Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos”, realizado pela UFT/ESMAT (Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);</p> <p>12 Autos CSMP nº 010/2018 – Interessado: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: Estudo objetivando a implementação de sessões virtuais para julgamento de feitos no âmbito do CSMP (Conselheiro Alcir Raineri Filho);</p> <p>13 E-doc nº 07010232663201859 – Interessado: Promotor de Justiça Thiago Ribeiro Franco Vilela. Assunto: Encaminha comprovante de frequência, referente ao mês maio de 2018, em curso de aperfeiçoamento funcional Curso de Pós-Graduação em Direito, nível Mestrado (Secretário José Demóstenes de Abreu);</p> <p>14 E-doc nº 07010233458201819 - Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Encaminha, para referendo, Portaria nº 547/2018 que designou os Promotores de Justiça Vinícius de Oliveira e Silva e Juan Rodrigo Carneiro Aguirre para responderem, cumulativamente, pela 6ª Procuradoria de Justiça, no período de 02 a 16/07/2018 e 17/07 a 03/08/2018, respectivamente, durante as férias da titular do cargo Jacqueline Borges Silva Tomaz;</p> <p>15 E-doc's nº 07010233243201891 e 07010233245201889 – Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminha expedientes oriundos do Cartório de 1ª Instância em que pessoa anônima solicita informações e a possível decisão de arquivamento de procedimento disciplinar;</p> <p>16 E-doc nº 07010234663201893 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminha, para conhecimento, relatório semestral do Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva (1º semestre de 2018);</p> <p>17 E-doc nº 07010235597201879 – Interessada: Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor Araina Cesárea Ferreira Santos D'Alessandro. Assunto: Encaminha, para conhecimento, monitoramento prévio do PSA-Consumidor;</p> <p>18 E-doc nº 07010235833201857 - Interessado: Corregedor-Geral João Rodrigues Filho. Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia da decisão de arquivamento exarada nos autos do Pedido de Providências Classe I nº 003/2018;</p> |
|--|---|

- 19 Autos CSMP nº 014/2018 – Interessado: Promotor de Justiça Breno Simonassi. Assunto: Proposta de alteração das Resoluções nº 001/2012 e 009/2015 (Conselheiro Alcir Rainer Filho);
- 20 E-doc nº 07010237692201815 – Interessado: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF. Assunto: Encaminha, para aprovação, os seguintes Projetos Pedagógicos: “Curso Interno Governança de T. I. - COBIT”; “Minicurso Aplicação da Psicologia Investigativa em resolução de crimes”; “Seminário 12 anos da Lei Maria da Penha: Avanços, Crítica e Autocrítica”; “Curso sobre a regularização fundiária na Lei nº 13.465/2017: os desafios da REURB e suas implicações sociais, urbanísticas e ambientais”; “Seminário ‘A Pessoa Idosa na perspectiva do Envelhecimento Ativo e Saudável – Uma Política Intersectorial’”. (Secretário José Demóstenes);
- 21 Expedientes informando instauração de Inquéritos Cíveis Públicos:
- 21.1 E-doc nº 07010231917201811 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003946 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 21.2 E-doc nº 07010232022201811 – Inquérito Civil Público nº 2017.0006104 (P. J. de Pium);
- 21.3 E-doc nº 07010232151201892 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003014 (P. J. de Ananás);
- 21.4 E-doc nº 07010232191201834 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004065 (P. J. de Arraias);
- 21.5 E-doc nº 07010232293201851 – Inquérito Civil Público nº 2018.0003857 (22ª P. J. da Capital);
- 21.6 E-doc nº 07010232321201839 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006869 (1ª P. J. de Taguatinga);
- 21.7 E-doc nº 07010232393201886 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003796 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 21.8 E-doc nº 07010232552201842 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004329 (P. J. de Araguacema);
- 21.9 E-doc nº 07010232735201868 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004209 (2ª P. J. de Colinas);
- 21.10 E-doc nº 07010233087201867 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006979 (5ª P. J. de Araguaína);
- 21.11 E-doc nº 07010233103201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004819 (28ª P. J. da Capital);
- 21.12 E-doc nº 07010233572201831 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000585 (2ª P. J. de Dianópolis);
- 21.13 E-doc nº 07010235039201811 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 04/2011; 59/2017; 44/2017; 002/2016-A; 50/2017; 003/2016; 42/2017; 41/2017; 66/2017; 001/2016; 56/2017; 005/2016; 004/2016; 61/2017; 67/2017; 63/2017; 39/2017; 43/2017; 51/2017; 54/2017 e 64/2017 (P.J. de Itacajá);
- 21.14 E-doc nº 07010230956201818 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006658 (P. J. de Aurora Tocantins);
- 21.15 E-doc nº 07010230821201836 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006647 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 21.16 E-doc nº 07010230973201839 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006435 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 21.17 E-doc nº 07010230979201814 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004607 (P. J. de Tocantínia);
- 21.18 E-doc nº 07010231461201891 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003012 (P. J. de Ananás);
- 21.19 E-doc nº 07010228509201882 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 026/2018 e 027/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 21.20 E-doc nº 07010231670201833 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000097 (P. J. de Natividade);
- 21.21 E-doc nº 07010231729201893 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005190 (P. J. de Natividade);
- 21.22 E-doc nº 07010231769201835 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006758 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 21.23 E-doc nº 07010231741201814 Inquérito Civil Público nº 2018.0006164 (3ª P. J. de Guaraí);
- 21.24 E-doc nº 07010231714201825 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004866 (23ª P. J. da Capital);
- 21.25 E-doc nº 07010232100201861 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006816 (22ª P. J. da Capital);
- 21.26 E-doc nº 07010232603201836 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006878 (8ª P. J. de Gurupi);
- 21.27 E-doc nº 07010232882201838 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006941 (P. J. de Itacajá);
- 21.28 E-doc nº 07010232887201861 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006942 (P. J. de Itacajá);
- 21.29 E-doc nº 07010232856201818 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 033/2018, 034/2018 e 035/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 21.30 E-doc nº 07010232932201887 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006306 (11ª P. J. de Araguaína);
- 21.31 E-doc nº 07010233600201811 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001187 (2ª P. J. de Dianópolis);
- 21.32 E-doc nº 07010233584201865 - Inquérito Civil Público nº 2017.0004026 (2ª P. J. de Dianópolis);
- 21.33 E-doc nº 07010233344201861 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001004 (12ª P. J. de Araguaína);
- 21.34 E-doc nº 07010234132201817 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007068 (1ª P. J. de Taguatinga);
- 21.35 E-doc nº 07010234220201819 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007081 (P. J. de Filadélfia);
- 21.36 E-doc nº 07010234218201823 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007080 (P. J. de Filadélfia);
- 21.37 E-doc nº 07010234215201891 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007079 (P. J. de Filadélfia);
- 21.38 E-doc nº 07010234207201843 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004916 (P. J. de Filadélfia);
- 21.39 E-doc nº 07010234593201873 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007172 (1ª P. J. de Miranorte);
- 21.40 E-doc nº 07010234614201851 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007176 (P. J. de Ananás);
- 21.41 E-doc nº 07010235233201899 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007259 (2ª P. J. de Araguatins);
- 21.42 E-doc nº 07010235414201815 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007037 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 21.43 E-doc nº 07010234616201841 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007177 (P. J. de Ananás);
- 21.44 E-doc nº 07010234672201884 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007186 (P. J. de Ananás);
- 21.45 E-doc nº 07010234648201845 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007184.(P. J. de Ananás);
- 21.46 E-doc nº 07010234787201879 – Inquérito Civil Público

nº 2017.0003016 (P. J. de Ananás);	21.74 E-doc nº 07010234714201887 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007191 (P. J. de Ananás);
21.47 E-doc nº 07010235326201813 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003457 (12ª P. J. de Araguaína);	21.75 E-doc nº 07010234705201896 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007190 (P. J. de Ananás);
21.48 E-doc nº 07010235307201897 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003362 (28ª P. J. da Capital);	21.76 E-doc nº 07010234710201815 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003953 (P. J. de Tocantínia);
21.49 E-doc nº 07010235337201811 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001554 (3ª P. J. de Porto Nacional);	21.77 E-doc nº 07010234754201829 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002499 (P. J. de Wanderlândia);
21.50 E-doc nº 07010235389201871 – Inquérito Civil Público nº 005/2018 (P. J. de Ponte Alta);	21.78 E-doc nº 07010234869201813 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002498 (P. J. de Wanderlândia);
21.51 E-doc nº 07010235398201861 – Inquérito Civil Público nº 009/2018 (P. J. de Ponte Alta);	21.79 E-doc nº 07010234863201846 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003150 (28ª P. J. da Capital);
21.52 E-doc nº 07010235399201813 – Inquérito Civil Público nº 010/2018 (P. J. de Ponte Alta);	21.80 E-doc nº 07010234807201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004618 (2ª P. J. de Colinas);
21.53 E-doc nº 07010235663201819 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007286 (2ª P. J. de Pedro Afonso);	21.81 E-doc nº 07010234956201871 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005102 (P. J. de Xambioá);
21.54 E-doc nº 07010235660201877 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007285 (2ª P. J. de Pedro Afonso);	21.82 E-doc nº 07010234972201863 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006798 (P. J. de Almas);
21.55 E-doc nº 07010235668201833 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005305 (5ª P. J. de Araguaína);	21.83 E-doc nº 07010235102201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004665 (12ª P. J. de Araguaína);
21.56 E-doc nº 07010235987201849 – Inquérito Civil Público nº 2018.0003985 (28ª P. J. da Capital);	21.84 E-doc nº 07010235175201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007253 (1ª P.J. de Cristalândia);
21.57 E-doc nº 07010235998201829 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007347 (8ª P. J. de Gurupi);	21.85 E-doc nº 07010235288201815 – Inquérito Civil Público nº 001/2018/PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça);
21.58 E-doc nº 07010236121201855 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007370 (8ª P. J. de Gurupi);	21.86 E-doc nº 07010235704201896 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007324 (P.J. de Almas);
21.59 E-doc nº 07010236150201817 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007365 (8ª P. J. de Gurupi);	21.87 E-doc nº 07010235730201897 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006881 (6ª P.J. de Araguaína);
21.60 E-doc nº 07010231574201895 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006725 (8ª P.J. de Gurupi);	21.88 E-doc nº 07010235885201823 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007290 (P.J. de Itacajá);
21.61 E-doc nº 07010233775201827 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006505 (P.J. de Natividade);	21.89 E-doc nº 07010235885201823 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007289 (P.J. de Itacajá);
21.62 E-doc nº 07010233790201875 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003014 (P. J. de Ananás);	21.90 E-doc nº 07010235885201823 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007288 (P.J. de Itacajá);
21.63 E-doc nº 07010233822201832 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006501 (P. J. de Natividade);	21.91 E-doc nº 07010235885201823 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007287 (P.J. de Itacajá);
21.64 E-doc nº 07010233837201817 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006990 (22ª P.J. da Capital);	21.92 E-doc nº 07010235861201874 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004776 (P.J. de Araguacema);
21.65 E-doc nº 07010233835201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007045 (P. J. de Almas);	21.93 E-doc nº 07010235974201871 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007354 (6ª P.J. de Gurupi);
21.66 E-doc nº 07010233748201854 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002931 (28ª P. J. da Capital);	21.94 E-doc nº 07010236228201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004415 (4ª P.J. de Paraíso);
21.67 E-doc nº 07010233742201887 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002730 (28ª P.J. da Capital);	21.95 E-doc nº 07010236229201848 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004517 (4ª P.J. de Paraíso);
21.68 E-doc nº 07010233968201888 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005312 (7ª P. J. de Porto Nacional);	21.96 E-doc nº 07010236252201832 – Inquérito Civil Público nº 037/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);
21.69 E-doc nº 07010234390201887 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003717 (3ª P. J. de Guaraí);	21.97 E-doc nº 07010236318201894 – Inquérito Civil Público nº 20180007398 (2ª P.J. de Araguatins);
21.70 E-doc nº 07010234415201842 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006980 (8ª P. J. de Guaraí);	21.98 E-doc nº 07010236333201832 – Inquérito Civil Público nº 20180004050 (5ª P.J. de Porto Nacional);
21.71 E-doc nº 07010234481201812 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003016 (P. J. de Ananás);	21.99 E-doc nº 07010236336201876 – Inquérito Civil Público nº 20180007438 (9ª P.J. da Capital);
21.72 E-doc nº 07010234448201892 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007144 (9ª P. J. da Capital);	21.100 E-doc nº 07010236367201827 – Inquérito Civil Público nº 20180007186 (P.J. de Ananás);
21.73 E-doc nº 07010234565201856 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007051 (22ª P. J. da Capital);	21.101 E-doc nº 07010236413201898 – Inquérito Civil Público nº 20180006767 (8ª P.J. de Gurupi);
	21.102 E-doc nº 07010236434201811 – Inquérito Civil Público nº 20180003270 (5ª P.J. de Porto Nacional);
	21.103 E-doc nº 07010236538201818 – Inquérito Civil Público nº 20180006774 (8ª P.J. de Gurupi);
	21.104 E-doc nº 07010236796201811 – Inquérito Civil Público nº 20180003628 (P.J. de Alvorada);

8 - Diário Oficial Eletrônico MPE-TO ANO III - EDIÇÃO Nº 570 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 08 de agosto de 2018

- 21.105 E-doc nº 07010235590201857 - Inquérito Civil Público nº 011/2018 (P.J. de Ponte Alta);
- 21.106 E-doc nº 07010235656201817 - Inquérito Civil Pública nº 2018.0007284 (2ª P.J. Pedro Afonso);
- 21.107 E-doc nº 07010235791201854 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004374 (P.J. de Araguacema);
- 21.108 E-doc nº 07010236134201824 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007374 (P.J. de Almas);
- 21.109 E-doc nº 07010236366201882 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007184 (P.J. de Ananás);
- 21.110 E-doc nº 07010236391201866 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002194 (12ª P.J. de Araguaína);
- 21.111 E-doc nº 07010236384201864 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004770 (4ª P.J. de Paraíso do Tocantins);
- 21.112 E-doc nº 07010236422201889 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007380 (22ª P.J. da Capital);
- 21.113 E-doc nº 07010236648201881 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001864 (12ª P.J. de Araguaína);
- 21.114 E-doc nº 07010236686201832 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007472 (6ª P.J. de Araguaína);
- 21.115 E-doc nº 07010236691201845 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007475 (P.J. de Alvorada);
- 21.116 E-doc nº 07010236733201848 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006514 (P.J. de Pium);
- 21.117 E-doc nº 07010237007201842 — Inquérito Civil Público nº 2018.0004741 (P. J. de Paranã);
- 21.118 E-doc nº 07010237137201885 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005479 (8ª P. J. de Gurupi);
- 21.119 E-doc nº 07010236708201864 – Inquérito Civil Público nº 038/2018 (5ª P. J Porto Nacional);
- 21.120 E-doc nº 07010237770201873 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005832 (5ª P. J. de Araguaína);
- 21.121 E-doc nº 07010237768201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005868 (5ª P. J. de Araguaína);
- 21.122 E-doc nº 07010237697201831 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005277 (P. J. de Tocantínia);
- 21.123 E-doc nº 07010237419201882 – Inquérito Civil Público nº 2018.0003697 (28ª P. J. da Capital);
- 21.124 E-doc nº 07010237875201822 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002717 (3ª P. J. de Porto Nacional);
- 21.125 E-doc nº 07010237980201861 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007649 (6ª P. J. de Araguaína);
- 21.126 E-doc nº 07010236841201811 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003052 Port. 1524/2018 (7ª P. J de Porto Nacional);
- 21.127 E-doc nº 07010236842201865 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006781 Port. 1518/2018 (8ª P. J de Gurupi);
- 21.128 E-doc nº 07010236894201831 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007374 Port. 1491/2018 (P. J de Almas);
- 21.129 E-doc nº 07010237063201887 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007533 Port. 1533/2018 (1ª P. J de Tocantinópolis);
- 21.130 E-doc nº 07010237060201843 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004791 - Port. 1532/2018 (9ª P. J de Gurupi);
- 21.131 E-doc nº 07010237075201811 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004530 - Port. 1534/2018 (2ª P. J de Colmeia);
- 21.132 E-doc nº 07010237035201861 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007531 - Port. 1530/2018 (1ª P. J de Tocantinópolis);
- 21.133 E-doc nº 07010237115201815 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005662 - Port. 1538/2018 (5ª P. J de Araguaína);
- 21.134 E-doc nº 07010237107201879 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007324 (P. J de Almas);
- 21.135 E-doc nº 07010237370201868 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005210 – Port. 1550/2018 (1ª P. J de Miranorte);
- 21.136 E-doc nº 07010237227201876 - Inquéritos Civis Públicos nº 2017.0003621 Port. 1531/2018, 2017.0000454 Port. 0949/2018, 2017.0000420 Port. 0948/2018 e 2016.0000001 Port. 0629/2017 (24ª P. J da Capital);
- 21.137 E-doc nº 07010237324201869 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004963 – Port. 1548/2018 (4ª P. J de Paraíso);
- 21.138 E-doc nº 07010237361201877 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007561 Port. 1544/2018(2ª P. J de Miracema);
- 21.139 E-doc nº 07010237330201816 - Inquérito Civil Público nº 2018.0001512 Port. 1535/2018(2ª P. J de Miracema);
- 21.140 E-doc nº 07010237415201811 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003766 Port. 1551/2018(28ª P. J da Capital);
- 21.141 E-doc nº 07010237452201811 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004962 Port. 1559/2018(9ª P. J de Araguaína);
- 21.142 E-doc nº 07010237445201819 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007592 Port. 1558/2018(P. J de Ananás);
- 21.143 E-doc nº 07010236708201864 - Inquérito Civil Público nº 038/2018 (5ª P. J de Porto Nacional);
- 21.144 E-doc nº 07010237881201881 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005501 Port. 1576 (7ª P. J de Porto Nacional);
- 21.145 E-doc nº 07010237995201821 - Inquérito Civil Público nº 2018.0003881 Port. 1465 (28ª P. J da Capital);
- 21.146 E-doc nº 07010238065201893 - Inquérito Civil Público nº 2018.0003218 Port. 1494/2018 (28ª P. J da Capital);
- 21.147 E-doc nº 07010238103201816 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005714 Port. 1586/2018 (23ª P. J da Capital);
- 21.148 E-doc nº 07010238072201895- Inquérito Civil Público nº 2018.0007592 Port. 1558/2018 (P. J de Ananás);
- 21.149 E-doc nº 07010238053201869 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005776 Port. 1583/2018 (P. J de Xambioá);
- 21.150 E-doc nº 07010238124201823 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007042 Port. 1584/2018 (2ª P. J de Tocantinópolis);
- 21.151 E-doc nº 07010238107201896 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000527 Port. 1587/2018 (23ª P. J da Capital);
- 22 Expedientes informando conversão de Procedimentos Preparatórios em Inquéritos Civis Públicos;
- 22.1 E-doc nº 07010234069201819 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003453 em Inquérito Civil Público nº 2017.0003453 (28ª P. J. da Capital);

- 22.2 E-doc nº 07010236821201841 - Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público nº 003/2017 (P. J. de Almas);
- 23 Expedientes comunicando conversão de Procedimentos Preparatórios em Procedimentos Administrativos:
- 23.1 E-doc nº 07010232219201833 - Procedimento Preparatório nº 009/2017 em Procedimento Administrativo nº 009/2017 (P. J. de Almas);
- 24 Expedientes informando conversão de Notícias de Fato em Procedimento Administrativo:
- 24.1 E-doc nº 07010233313201818 - Notícia de Fato nº 186.1706.2013 em Procedimento Administrativo nº 186.1706.2013 (2ª P. J. de Augustinópolis);
- 25 Expediente comunicando conversão de Notícias de Fato em Procedimentos Preparatórios:
- 25.1 E-doc nº 07010236429201817 - Notícia de Fato em Procedimento Preparatório nº 2018.0004075 (6ª P. J. de Araguaína);
- 25.2 E-doc nº 07010236431201871 - Notícia de Fato em Procedimento Preparatório nº 2018.0004244 (6ª P. J. de Araguaína);
- 26 Expedientes informando instauração de Procedimentos Preparatórios:
- 26.1 E-doc nº 07010231667201811 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006545 (23ª P. J. da Capital);
- 26.2 E-doc nº 07010231957201863 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006714 (22ª P. J. da Capital);
- 26.3 E-doc nº 07010232040201886 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004344 (6ª P.J. de Araguaína);
- 26.4 E-doc nº 07010231993201827 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006813 (27ª P. J. de Capital);
- 26.5 E-doc nº 07010232248201811 - Procedimento Preparatório nº 2018.000140 (P. J. de Arapoema);
- 26.6 E-doc nº 07010232395201875 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004569 (P. J. de Goiatins);
- 26.7 E-doc nº 07010232442201881 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006830 (22ª P. J. da Capital);
- 26.8 E-doc nº 07010232504201854 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006604 (22ª P. J. da Capital);
- 26.9 E-doc nº 07010232507201898 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006833 (22ª P. J. da Capital);
- 26.10 E-doc nº 07010232757201828 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006919 (27ª P. J. da Capital);
- 26.11 E-doc nº 07010232982201864 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006958 (27ª P. J. da Capital);
- 26.12 E-doc nº 07010233105201819 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006981 (6ª P. J. de Gurupi);
- 26.13 E-doc nº 07010232930201898 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006231 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 26.14 E-doc nº 07010232795201881 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006929 (27ª P. J. da Capital);
- 26.15 E-doc nº 07010233274201841 - Procedimento Preparatório nº 011/2018 (28ª P. J. da Capital);
- 26.16 E-doc nº 07010233280201814 - Procedimento Preparatório nº 009/2018 (28ª P. J. da Capital);
- 26.17 E-doc nº 07010233292201822 - Procedimento Preparatório nº 010/2018 (28ª P.J. da Capital);
- 26.18 E-doc nº 07010233294201811 - Procedimento Preparatório nº 004/2018 (28ª P. J. da Capital);
- 26.19 E-doc nº 07010233299201844 - Procedimento Preparatório nº 005/2018 (28ª P. J. da Capital);
- 26.20 E-doc nº 07010233295201866 - Procedimento Preparatório nº 007/2018 (28ª P.J. da Capital);
- 26.21 E-doc nº 07010233270201862 - Procedimento Preparatório nº 002/2018 (28ª P. J. da Capital);
- 26.22 E-doc nº 07010231986201825 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000152 (6ª P. J. de Araguaína);
- 26.23 E-doc nº 07010233359201829 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006716 (28ª P. J. da Capital);
- 26.24 E-doc nº 07010233437201895 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006837 (22ª P. J. da Capital);
- 26.25 E-doc nº 07010233230201811 - Procedimento Preparatório nº 001/2018 (28ª P.J. da Capital);
- 26.26 E-doc nº 07010233310201876 - Procedimento Preparatório nº 008/2018 (28ª P. J. da Capital);
- 26.27 E-doc nº 07010233210201841 - Procedimento Preparatório nº 003/2018 (28ª P. J. da Capital);
- 26.28 E-doc nº 07010233508201851 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004341 (12ª P. J. de Araguaína);
- 26.29 E-doc nº 07010233648201828 - Procedimento Preparatório nº 2018.0007027 (3ª P. J. de Guaraí);
- 26.30 E-doc nº 07010233823201887 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004171 (6ª P. J. de Araguaína);
- 26.31 E-doc nº 07010234401201829 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005603 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 26.32 E-doc nº 07010235035201825 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004617 (2ª P. J. de Colinas);
- 26.33 E-doc nº 07010235308201831 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006599 (28ª P. J. da Capital);
- 26.34 E-doc nº 07010235313201844 - Procedimento Preparatório nº 2018.0007265 (28ª P. J. da Capital);
- 26.35 E-doc nº 07010235354201831 - Procedimento Preparatório nº 2018.0007269 (P. J. de Ponte Alta);
- 26.36 E-doc nº 07010235345201841 - Procedimento Preparatório nº 2018.0003125 (P. J. de Ponte Alta);
- 26.37 E-doc nº 07010235392201893 - Procedimento Preparatório nº 006/2018 (P. J. de Ponte Alta);
- 26.38 E-doc nº 07010235393201838 - Procedimento Preparatório nº 007/2018 (P. J. de Ponte Alta);
- 26.39 E-doc nº 07010235395201827 - Procedimento Preparatório nº 008/2018 (P. J. de Ponte Alta);
- 26.40 E-doc nº 07010233303201874 - Procedimento Preparatório nº 012/2018 (28ª P. J. da Capital);
- 26.41 E-doc nº 07010233305201863 - Procedimento Preparatório nº 06/2018 (28ª P. J. da Capital);
- 26.42 E-doc nº 07010224352201816 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005892 (28ª P. J. da Capital);
- 26.43 E-doc nº 07010233574201821 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006905 (22ª P. J. da Capital);
- 26.44 E-doc nº 07010233843201858 - Procedimento Preparatório nº 2018.0007016 (22ª P. J. da Capital);
- 26.45 E-doc nº 07010234679201812 - Procedimento

- Preparatório nº 2018.0007139 (22ª P. J. da Capital);
- 26.46 E-doc nº 07010235164201813 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004173 (6ª P. J. de Araguaína);
- 26.47 E-doc nº 07010235161201881 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004342 (6ª P. J. de Araguaína);
- 26.48 E-doc nº 07010235155201822 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005947 (6ª P. J. de Araguaína);
- 26.49 E-doc nº 07010235638201827 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004739 (2ª P. J. de Colinas);
- 26.50 E-doc nº 07010235966201823 – Procedimento Preparatório nº 2018.0007353 (P.J. de Almas);
- 26.51 E-doc nº 07010236200201866 – Procedimento Preparatório nº 2018.0007260 (22ª P. J. da Capital);
- 26.52 E-doc nº 07010236763201854 - Procedimento Preparatório nº 2018.0007449 (22ª P. J. da Capital);
- 26.53 E-doc nº 07010236462201821 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006964 (5ª P. J. de Araguaína);
- 26.54 E-doc nº 07010236959201849 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004345 (6ª P. J. de Araguaína);
- 26.55 E-doc nº 07010237089201825 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005334 (2ª P. J. de Colmeia);
- 26.56 E-doc nº 07010237233201823 – Procedimento Preparatório nº 2018.0007086 (5ª P. J. de Araguaína);
- 26.57 E-doc nº 07010237963201824 – Procedimento Preparatório nº 2018.0007031 - Port. nº 1554/2018 (28ª P. J da Capital);
- 26.58 E-doc nº 07010237961201835 – Procedimento Preparatório nº 2018.0007093 - Port. nº 1566/2018 (28ª P. J da Capital);
- 26.59 E-doc nº 07010237956201822 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005938 - Port. nº 1549/2018 (28ª P. J da Capital);
- 26.60 E-doc nº 07010237953201899 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006834 - Port. nº 1493/2018 (28ª P. J da Capital);
- 26.61 E-doc nº 07010237950201855 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006697 - Port. nº 1495/2018 (28ª P. J da Capital);
- 26.62 E-doc nº 07010237940201811 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006661 - Port. nº 1464/2018 (28ª P. J da Capital);
- 26.63 E-doc nº 07010238224201851 – Procedimento Preparatório nº 2018.0007669 - Port. nº 1590/2018 (3ª P. J de Capital);
- 27 Expedientes informando prorrogação de prazo para conclusão de Inquéritos Cíveis Públicos, Procedimentos Preparatórios e Administrativos:
- 27.1 E-doc nº 07010232377201893 – Inquérito Civil Público nº 001/2017 (1ª P.J. de Miranorte);
- 27.2 E-doc nº 07010232480201833 – Inquérito Civil Público nº 027/2017 (8ª P.J. de Gurupi);
- 27.3 E-doc nº 07010232952201858 – Inquérito Civil Público nº 032/2016 (P.J. de Arapoema);
- 27.4 E-doc nº 07010233213201883 – Inquérito Civil Público nº 004/2018 (P.J. de Tocantínia);
- 27.5 E-doc nº 07010233146201813 – Inquérito Civil Público nº 003/2018 (P.J. de Tocantínia);
- 27.6 E-doc nº 07010233183201813 – Inquérito Civil Público nº 001/2018 (P.J. de Tocantínia);
- 27.7 E-doc nº 07010233332201836 – Inquérito Civil Público nº 005/2018 (P.J. de Tocantínia);
- 27.8 E-doc nº 07010230766201884 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 2016.3.29.28.0228; 2017.3.29.09.0093; 2017.3.29.09.0094; 2017.3.29.28.0010; 2017.3.29.28.0004; 2017.3.29.28.0147; 2016.3.29.28.0291; 2016.3.29.28.0237; 2016.3.29.28.0236; 2016.3.29.28.0220; 2016.3.29.28.0225; 2017.3.29.09.0080; 2017.3.29.09.0073 e 2017.3.29.09.0078 (9ª P.J. da Capital);
- 27.9 E-doc nº 07010230787201816 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 2017.3.29.28.0123; 2017.3.29.28.0137; 2017.3.29.28.0008; 2017.3.29.09.0160; 2017.3.29.09.0158 e 2017.3.29.28.0143 (9ª P.J. da Capital);
- 27.10 E-doc nº 07010232636201886 - Inquérito Civil Público nº 62/2015 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 27.11 E-doc nº 07010232476201875 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 006/2016 e 060/2016 (4ª P.J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.12 E-doc nº 07010232905201812 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 014/2015; 003/2016; 010/2016; 011/2016; 027/2016; 011/2017 e 015/2017 (P.J. de Almas);
- 27.13 E-doc nº 07010233215201872 - Inquérito Civil Público nº 016/2016 (7ª P.J. de Porto Nacional);
- 27.14 E-doc nº 07010232257201896 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 2017.3.29.09.0178; 2017.3.29.09.0179; 2017.3.29.09.0177; 2016.3.29.09.0083; 2017.3.29.09.0169; 2016.3.29.09.0107; 2016.3.29.09.0090; 2016.3.29.09.0085 e 2016.3.29.09.0108 (9ª P. J. da Capital);
- 27.15 E-doc nº 07010233520201864 - Inquérito Civil Público nº 2017.0000678 (P.J de Ananás);
- 27.16 E-doc nº 07010234262201833 - Inquérito Civil Público nº 015/2016 (6ª P.J. de Gurupi);
- 27.17 E-doc 07010235188201872 - Inquérito Civil Público nº 029/2016 (6ª P.J. de Gurupi);
- 27.18 E-doc nº 07010235370201823 - Inquérito Civil Público nº 2017.0000910 (2ª P.J. de Colinas);
- 27.19 E-doc nº 07010233868201851 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004181 (28ª P.J. da Capital);
- 27.20 E-doc nº 07010234184201877 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001552 (22ª P.J. da Capital);
- 27.21 E-doc nº 07010233713201815 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 2016.0228 (Port. nº 025/2016); 2016.0236 (Port. nº 017/2016); 2016.0220 (Port. nº 038/2016); 2016.0225 (Port. nº 033/2016); 2016.0237 (Port. nº 028/2016); 2017.0004 (Port. nº 016/2017); 2017.0073 (Port. nº 002/2017); 2017.0093 (Port. nº 011/2017); 2017.0147 (Port. nº 099/2017); 2017.0094 (Port. nº 017/2017); 2017.0010 (Port. nº 012/2017); 2017.0080 (Port. nº 007/2017); 2017.0078 (Port. nº 005/2017) e 2016.0291 (Port. nº 049/2016) (9ª P.J. da Capital);
- 27.22 E-doc nº 07010233444201897 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 2017.000.0274, 2017.0000338; 2017.0000004; 2017.0000334; 2017.0000340 e 2017.0000339 (28ª P.J. da Capital);
- 27.23 E-doc nº 07010233803201814 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 2017.0125 (Port. 071/2017); 2017.0126 (Port. 005/2009); 2017.0120 (Port. 091/2017), 2017.0122 (Port. 093/2017); 2017.0028 (Port. 027/2017); 2017.0084 (Port. 065/2017); 2017.0119 (Port. 090/2017); 2016.0170 (Port.

011/2016); 2016.0224 (Port. 034/2016) e 2016.0136 (Port. 056/2016) (9ª P.J. da Capital);	nº 004/2017 (2ª P.J. de Araguaíns);
27.24 E-doc nº 07010234090201814 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 2017.000326 e 2017.0000336 (28ª P.J. da Capital);	27.49 E-doc nº 07010237613201868 – Inquérito Civil Público nº 64/2017 (5ª P. J. de Araguaína);
27.25 E-doc nº 07010234637201865 – Inquérito Civil Público nº 059/2017 (5ª P.J. de Araguaína);	27.50 E-doc nº 07010237613201868 – Inquérito Civil Público nº 66/2017 (5ª P. J. de Araguaína);
27.26 E-doc nº 07010234643201812 – Inquérito Civil Público nº 014/2016 (3ª P.J. de Guaraí);	27.51 E-doc nº 07010237613201868 – Inquérito Civil Público nº 68/2017 (5ª P. J. de Araguaína);
27.27 E-doc nº 07010234793201826 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 2017.0000554 e 2017.0000642 (P.J. de Paranã);	27.52 E-doc nº 07010237613201868 – Inquérito Civil Público nº 69/2017 (5ª P. J. de Araguaína);
27.28 E-doc nº 07010235014201818 – Inquérito Civil Público nº 036/2016 (5ª P.J. de Porto Nacional);	27.53 E-doc nº 07010237613201868 – Inquérito Civil Público nº 70/2017 (5ª P. J. de Araguaína);
27.29 E-doc nº 07010235058201831 – Inquérito Civil Público nº 023/2017 (4ª P.J. de Porto Nacional);	27.54 E-doc nº 07010237613201868 – Inquérito Civil Público nº 71/2017 (5ª P. J. de Araguaína);
27.30 E-doc nº 07010235299201889 – Inquérito Civil Público nº 016/2016 (6ª P.J. de Gurupi);	27.55 E-doc nº 07010237613201868 – Inquérito Civil Público nº 72/2017 (5ª P. J. de Araguaína);
27.31 E-doc nº 07010235304201853 – Inquérito Civil Público nº 029/2016 (6ª P.J. de Gurupi);	27.56 E-doc nº 07010237613201868 – Inquérito Civil Público nº 73/2017 (5ª P. J. de Araguaína);
27.32 E-doc nº 07010235689201859 – Inquérito Civil Público nº 021/2017 (P.J. de Ponte Alta);	27.57 E-doc nº 07010237613201868 – Inquérito Civil Público nº 74/2017 (5ª P. J. de Araguaína);
27.33 E-doc nº 07010235765201826 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000660 (P.J. de Arapoema);	27.58 E-doc nº 07010236895201886 - Inquéritos Cíveis Públicos nºs 2017.3.29.28.0148 Port. 068/2017; 2017.3.29.28.0150 Port. 104/2017; 2016.3.29.28.0241 Port. 026/2016; 2016.3.29.09.0209 Port. 098/2016; 2017.3.29.09.0155 Port. 030/2017; 2017.3.29.09.0102 Port. 022/2017 (9ª P. J da Capital);
27.34 E-doc nº 07010235924201892 – Inquérito Civil Público nº 63/2017 (5ª P.J de Araguaína);	27.59 E-doc nº 07010236964201851 - Inquérito Civil Público nº Port. nº 025/2017 (9ª P. J de Araguaína);
27.35 E-doc nº 07010235936201817 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 033/2009; 009/2010; 016/2016; 101/2016; 131/2016; 219/2016; 223/2016; 137/2016; 176/2016; 029/2017 e 033/2017 (6ª P.J. de Araguaína);	27.60 E-doc nº 07010236969201884 - Inquérito Civil Público nº Port. nº 009/2015 (9ª P. J de Araguaína);
27.36 E-doc nº 07010234103201839 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005089 (22ª P.J. da Capital);	27.61 E-doc nº 07010236976201886 - Inquérito Civil Público nº Port. nº 005/2017 (9ª P. J de Araguaína);
27.37 E-doc nº 07010234103201839 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004970 (22ª P.J. da Capital);	27.62 E-doc nº 07010236979201811 - Inquérito Civil Público nº Port. nº 003/2017 (9ª P. J de Araguaína);
27.38 E-doc nº 07010234556201865 – Procedimento Preparatório nº 2017.0002764 (12ª P.J. de Araguaína);	27.63 E-doc nº 07010236980201844 - Inquérito Civil Público nº Port. nº 012/2013 (9ª P. J de Araguaína);
27.39 E-doc nº 07010234134201891 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 019/2016; 016/2016 e 029/2016 (P.J. de Almas);	27.64 E-doc nº 07010236983201888 - Inquérito Civil Público nº Port. nº 007/2017 (9ª P. J de Araguaína);
27.40 E-doc nº 07010235527201811 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000931 (2ª P.J. de Colinas);	27.65 E-doc nº 07010237110201892 - Inquérito Civil Público nº Port. nº 009/2017 (5ª P. J de Porto Nacional);
27.41 E-doc nº 07010235532201823 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000571 (P.J. de Arapoema);	27.66 E-doc nº 07010236880201818 - Inquéritos Cíveis Públicos nºs 2016.3.29.28.0229 Port. 027/2016; 2017.3.29.28.0118 Port. 089/2017; 2017.3.29.28.0127 Port. 088/2017; 2017.3.29.28.0044 Port. 033/2017; 2017.3.29.28.0103 Port. 020/2017; 2017.3.29.28.0006 Port. 006/2017, 2017.3.29.28.0085 Port. 059/2017; 2016.3.29.28.0185 Port. 018/2016, 2017.3.29.28.0141 Port. 082/2017 (9ª P. J da Capital);
27.42 E-doc nº 070102356462201873 – Inquérito Civil Público nº 20/2016 (3ª P.J. de Guaraí);	27.67 E-doc nº 07010236865201871 - Inquéritos Cíveis Públicos nºs 2017.3.29.28.0136 Port. 096/2017; 2016.3.29.28.0224 Port. 062/2017; 2017.3.29.28.0028 Port. 027/2017; 2016.3.29.28.0170 Port. 011/2016; 2017.3.29.28.0119 Port. 090/2017, (9ª P. J da Capital);
27.43 E-doc nº 07010236620201842 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 040/2017 e 021/2017 (9ª P.J. da Capital);	27.68 E-doc nº 07010236901201811 - Inquérito Civil Público nº 2017.3.29.09.0082, Port. nº 006/2017; (9ª P. J da Capital);
27.44 E-doc nº 07010236596201841 – Inquérito Civil Público nº 032/2013 (8ª P.J. de Gurupi);	27.69 E-doc nº 07010237091201811 - Inquéritos Cíveis Públicos nºs 2017.3.29.09.0081 Port. nº 008/2017; 2017.3.29.28.0157 Port. nº 105/2017; 2017.3.29.09.0095 Port. nº 010/2017; 2016.3.29.28.0186 Port. nº 019/2016; 2016.3.29.28.0274 Port. nº 041/2016; 2016.3.29.28.0223 Port. nº 035/2016; 2016.3.29.09.0221 Port. nº 037/2016;
27.45 E-doc nº 07010236755201816 – Inquéritos Civil Público nº 023/2016 (9ª P.J. da Capital);	
27.46 E-doc nº 07010236773201891 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 2017.3.29.09.0165 e 2017.3.29.09.0079 (9ª P.J. da Capital);	
27.47 E-doc nº 07010236522201813 Inquérito Civil Público nº 021/2016 (3ª P.J. de Guaraí);	
27.48 E-doc nº 07010236668201851 Inquérito Civil Público	

2016.3.29.28.0118 Port. nº 006/2016. (9ª P. J da Capital);	28.18 E-doc nº 07010232148201879 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006818 (5ª P.J. de Araguaína);
27.70 E-doc nº 07010237231201834 - Inquérito Civil Público nº 2017.3.29.28.0040 Port. nº 043/2017; oriunda da 28ª (9ª P. J da Capital);	28.19 E-doc nº 07010232223201818 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004144 (1ª P.J. de Arraias);
27.71 E-doc nº 07010237099201861 - Inquéritos Civis Públicos – Portarias nºs 002/2015, 006/2015, 011/2015, 012/2015, 013/2015, 015/2015, 016/2015, 001/2016, 002/2016, 004/2016, 014/2016, 018/2016, 021/2016, 026/2016, 030/2016, 005/2017, 007/2017, 014/2017 (P. J de Almas);	28.20 E-doc nº 07010232246201814 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005204 (P.J. de Arapoema);
27.72 E-doc nº 07010237295201835 - Inquérito Civil Público nº 008/2016 (9ª P. J de Araguaína);	28.21 E-doc nº 07010232329201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006870 (1ª P.J. de Miranorte);
27.73 E-doc nº 07010237301201854 - Inquérito Civil Público nº 004/2016 (9ª P. J de Araguaína);	28.22 E-doc nº 07010232453201861 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006453 (2ª P.J. de Guaraí);
27.74 E-doc nº 07010237388201861 - Inquérito Civil Público nº 2017.3.29.28.0021 – Port. 024/2017 (9ª P. J da Capital);	28.23 E-doc nº 07010232464201841 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006882 (4ª P.J. da Capital);
27.75 E-doc nº 07010237572201818 - Inquérito Civil Público nº 004/2017 (11ª P. J de Araguaína);	28.24 E-doc nº 07010232472201897 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006883 (4ª P.J. da Capital);
27.76 E-doc nº 07010237771201818 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001664 Port. 024/2017 (P. J de Xambioá);	28.25 E-doc nº 07010232474201886 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006884 (4ª P.J. da Capital);
28 Expedientes comunicando instauração de Procedimentos Administrativos:	28.26 E-doc nº 07010232478201864 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006885 (4ª P.J. da Capital);
28.1 E-doc nº 07010231673201877 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006721 (5ª P.J. de Araguaína);	28.27 E-doc nº 07010232482201822 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006886 (4ª P.J. da Capital);
28.2 E-doc nº 07010231675201866 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006720 (5ª P.J. de Araguaína);	28.28 E-doc nº 07010232531201827 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006880 (6ª P.J. de Gurupi);
28.3 E-doc nº 07010231677201855 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006719 (5ª P.J. de Araguaína);	28.29 E-doc nº 07010232726201877 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006904 (5ª P.J. de Araguaína);
28.4 E-doc nº 07010231679201844 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006643 (5ª P.J. de Araguaína);	28.30 E-doc nº 07010233051201883 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004406 (2ª P.J. de Colinas);
28.5 E-doc nº 07010231803201871 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006769 (27ª P.J. da Capital);	28.31 E-doc nº 07010233053201872 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004411 (2ª P.J. de Colinas);
28.6 E-doc nº 07010231811201818 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006770 (27ª P.J. da Capital);	28.32 E-doc nº 07010233070201818 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000544 (21ª P.J. da Capital);
28.7 E-doc nº 07010231827201821 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006771 (27ª P.J. da Capital);	28.33 E-doc nº 07010233072201815 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006965 (5ª P.J. de Araguaína);
28.8 E-doc nº 07010231840201881 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006772 (27ª P.J. da Capital);	28.34 E-doc nº 07010233074201898 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006967 (5ª P.J. de Araguaína);
28.9 E-doc nº 07010231852201812 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006773 (27ª P.J. da Capital);	28.35 E-doc nº 07010233077201821 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006968 (5ª P.J. de Araguaína);
28.10 E-doc nº 07010231856201892 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006775 (27ª P.J. da Capital);	28.36 E-doc nº 07010233165201823 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004402 (2ª P.J. de Colinas);
28.11 E-doc nº 07010231861201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006776 (27ª P.J. da Capital);	28.37 E-doc nº 07010233166201878 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006689 (20ª P.J. da Capital);
28.12 E-doc nº 07010231867201872 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006777 (27ª P.J. da Capital);	28.38 E-doc nº 07010233197201829 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004405 (2ª P.J. de Colinas);
28.13 E-doc nº 07010231873201821 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006778 (27ª P.J. da Capital);	28.39 E-doc nº 07010233300201831 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004409 (2ª P.J. de Colinas);
28.14 E-doc nº 07010231879201813 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006780 (27ª P.J. da Capital);	28.40 E-doc nº 07010233386201818 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007011 (P.J. de Natividade);
28.15 E-doc nº 07010231886201815 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006782 (27ª P.J. da Capital);	28.41 E-doc nº 07010233640201861 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006871 (1ª P.J. de Miranorte);
28.16 E-doc nº 07010231898201823 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006783 (27ª P.J. da Capital);	28.42 E-doc nº 07010233851201811 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006875 (21ª P.J. da Capital);
28.17 E-doc nº 07010231935201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006788 (P.J. de Natividade);	28.43 E-doc nº 07010233986201861 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006456 (P.J. de Wanderlândia);
	28.44 E-doc nº 07010233995201851 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007053 (1ª P.J. de Miranorte);
	28.45 E-doc nº 07010234082201851 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007061 (1ª P.J. de Miranorte)

13- Diário Oficial Eletrônico MPE-TO ANO III - EDIÇÃO Nº 570 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 08 de agosto de 2018

28.46 E-doc nº 07010234088201829 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007062 (1ª P.J. de Miranorte);	28.74 E-doc nº 07010235943201819 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004808 (2ª P.J. de Colinas);
28.47 E-doc nº 07010233751201878 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006497 (P.J. de Natividade);	28.75 E-doc nº 07010236223201871 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007342 (5ª P.J. de Araguaína);
28.48 E-doc nº 07010233815201831 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006499 (P.J. de Natividade);	28.76 E-doc nº 07010235601201815 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007301 (6ª P.J. de Gurupi);
28.49 E-doc nº 07010233842201811 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004498 (2ª P.J. de Colinas);	28.77 E-doc nº 07010236464201811 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007447 (5ª P.J. de Araguaína);
28.50 E-doc nº 07010233843201858 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004489 (2ª P.J. de Colinas);	28.78 E-doc nº 07010236481201857 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007446 (5ª P.J. de Araguaína);
28.51 E-doc nº 07010234233201871 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007040 (5ª P.J. de Araguaína);	28.79 E-doc nº 07010237172201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007303 (6ª P. J. de Gurupi);
28.52 E-doc nº 07010234258201875 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007092 (6ª P.J. de Gurupi);	28.80 E-doc nº 07010237120201828 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007504 (5ª P. J. de Araguaína);
28.53 E-doc nº 07010234211201811 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004915 (P.J. de Filadélfia);	28.81 E-doc nº 07010237122201817 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007503 (5ª P. J. de Araguaína);
28.54 E-doc nº 07010234139201812 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007072 (1ª P.J. de Taguatinga);	28.82 E-doc nº 07010237194201864 – Procedimento Administrativo nº 2018/10340 (CAOCON);
28.55 E-doc nº 07010235184201894 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004673 (2ª P.J. de Colinas);	28.83 E-doc nº 07010237567201813 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000490 (23ª P. J. da Capital);
28.56 E-doc nº 07010235033201836 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004611 (2ª P.J. de Colinas);	28.84 E-doc nº 07010237764201816 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007615 (5ª P. J. de Araguaína);
28.57 E-doc nº 07010235034201881 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004619 (2ª P.J. de Colinas);	28.85 E-doc nº 07010237878201866 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007636 (6ª P. J. de Gurupi);
28.58 E-doc nº 07010234995201878 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004622 (2ª P.J. de Colinas);	28.86 E-doc nº 07010237427201831 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007587 (P. J. de Arapoema);
28.59 E-doc nº 07010235295201817 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007238 (5ª P.J. de Araguaína);	28.87 E-doc nº 07010237435201875 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007589 (6ª P. J. de Porto Nacional);
28.60 E-doc nº 07010236005201836 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007341 (5ª P.J. de Araguaína);	28.88 E-doc nº 07010237438201817 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007590 (6ª P. J. de Porto Nacional);
28.61 E-doc nº 07010234 675201818 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007188 (1ª P.J. de Tocantinópolis);	28.89 E-doc nº 07010237440201888 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007591 (6ª P. J. de Porto Nacional);
28.62 E-doc nº 07010234658201881 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004615 (9ª P.J. de Araguaína);	28.90 E-doc nº 07010237923201882 – Procedimento Administrativo nº 2018/10489 (CAOCON);
28.63 E-doc nº 07010234657201836 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004701 (9ª P.J. de Araguaína);	28.91 E-doc nº 07010237762201827 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007616 (5ª de Araguaína);
28.64 E-doc nº 07010234653201858 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004709 (9ª P.J. de Araguaína);	28.92 E-doc nº 07010237760201838 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007616 (5ª P. J. de Araguaína);
28.65 E-doc nº 07010234887201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007182 (9ª P.J. de Araguaína);	28.93 E-doc nº 07010237736201838 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007628 (1ª P. J. de Taguatinga);
28.66 E-doc nº 07010234814201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004623 (2ª P.J. de Colinas);	28.94 E-doc nº 07010237709201826 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005019 (2ª P. J. de Colinas);
28.67 E-doc nº 07010235291201812 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007159 (5ª P.J. de Araguaína);	28.95 E-doc nº 07010237665201834 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004993 (11ª P. J. de Araguaína);
28.68 E-doc nº 07010235293201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.000 7237 (5ª P.J. de Araguaína);	29 Expedientes informando Ajuizamento de Ações Cíveis Públicas – ACP:
28.69 E-doc nº 07010235480201895 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004710 (9ª P.J. de Araguaína);	29.1 E-doc nº 07010232354201889 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000580 (P.J. de Pium);
28.70 E-doc nº 07010235579201897 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004676 (21ª P.J. da Capital);	29.2 E-doc nº 07010232467201884 – Inquérito Civil Público nº 03/2015 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
28.71 E-doc nº 07010235666201844 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007306 (5ª P.J. de Araguaína);	29.3 E-doc nº 07010232429201821 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 095/2016 e 097/2016 (4ª P.J. de Paraíso);
28.72 E-doc nº 07010235942201874 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004804 (2ª P.J. de Colinas);	29.4 E-doc nº 07010232683201821 – Inquérito Civil Público
28.73 E-doc nº 07010235956201898 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007348 (2ª P.J. de Colinas);	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

nº 2017.0000621 (6ª P.J. de Gurupi);	Administrativo nº 2018.0006904 (5ª P. J. de Araguaína);
29.5 E-doc nº 07010233016201864 – Inquérito Civil Público nº 052/2017 (5ª P.J. de Porto Nacional);	29.31 E-doc nº 07010237010201866 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006519 (5ª P. J. de Araguaína);
29.6 E-doc nº 07010233264201813 – Inquérito Civil Público nº 016/2017 (8ª P.J. de Gurupi);	29.32 E-doc nº 07010237010201866 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006586 (5ª P. J. de Araguaína);
29.7 E-doc nº 07010231814201851 – Procedimentos Administrativos nº 2018.0005108; 2018.0005109; 2018.0005303; 2018.0005542; 2018.0005644; 2018.0005665 e 2018.0005754 (5ª P.J. de Araguaína);	29.33 E-doc nº 07010237010201866 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006198 (5ª P. J. de Araguaína);
29.8 E-doc nº 07010231814201851 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006195 (5ª P.J. de Araguaína);	29.34 E-doc nº 07010237010201866 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006642 (5ª P. J. de Araguaína);
29.9 E-doc nº 07010233965201844 – Inquérito Civil Público nº 006/2017 (P.J. de Ananás);	29.35 E-doc nº 07010236907201872 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001142 - (8ª P. J de Gurupi);
29.10 E-doc nº 07010234507201822 – Inquérito Civil Público nº 075/2016 (5ª P.J. de Porto Nacional);	29.36 E-doc nº 07010237792201833 - Inquérito Civil Público nº 011/2016 e 101/2016 - (4ª P. J de Paraíso);
29.11 E-doc nº 07010234555201811 – Inquérito Civil Público nº 007/2015 (5ª P.J. de Porto Nacional);	29.37 E-doc nº 07010238040201891 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006587 - (5ª P. J de Araguaína);
29.12 E-doc nº 07010234440201826 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001054 (P.J. de Itacajá);	30 Expedientes comunicando arquivamento/finalização de Procedimentos extrajudiciais:
29.13 E-doc nº 07010234441201871 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001055 (P.J. de Itacajá);	30.1 E-doc nº 07010231805201861 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005940 (5ª P.J. de Araguaína);
29.14 E-doc nº 07010236167201874 – Inquérito Civil Público nº 008/2014 (1ª P.J. de Tocantinópolis);	30.2 E-doc nº 07010232211201877 – Procedimento Administrativo nº 2017.0002126 (2ª P.J. de Guaraí);
29.15 E-doc nº 07010234555201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004661 (5ª P.J. de Porto Nacional);	30.3 E-doc nº 07010232274201823 – Procedimento Administrativo nº 005/2015 (7ª P.J. de Gurupi);
29.16 E-doc nº 07010234791201837 – Notícia de Fato 2017.31.03.18 (P.J. de Ananás);	30.4 E-doc nº 07010232740201871 - Procedimento Administrativo nº 2017.0001868 (P.J. de Wanderlândia);
29.17 E-doc nº 07010235726201829 – Notícia de Fato nº 2018.0007156 (P.J. de Itaguatins);	30.5 E-doc nº 07010233444201897 – Procedimentos Preparatórios nº 2018.0000301 e 2018.0000535 (28ª P.J. da Capital);
29.18 E-doc nº 07010235739201814 – Notícia de Fato nº 009/2014 (P.J. de Ananás);	30.6 E-doc nº 07010233706201813 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004991 (6ª P.J. de Gurupi);
29.19 E-doc nº 07010234059201867 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001376 (9ª P.J. da Capital);	30.7 E-doc nº 07010233763201819 – Procedimentos Preparatórios nº 2018.0004802 e 2018.0004820 (28ª P.J. da Capital);
29.20 E-doc nº 07010234966201814 – Inquérito Civil público nº 035/2014 (5ª P.J. de Porto Nacional);	30.8 E-doc nº 07010234474201811 – Procedimento Preparatório nº 2017.0003069 (28ª P.J. da Capital);
29.21 E-doc nº 07010234966201814 – Inquérito Civil público nº 024/2017 (5ª P.J. de Porto Nacional);	30.9 E-doc nº 07010234885201814 – Procedimentos Preparatórios nº 2018.0004369 e 2018.0004900 (28ª P.J. da Capital);
29.22 E-doc nº 07010236635201819 – Inquérito Civil Público nº 063/2015 (5ª P.J. de Porto Nacional);	30.10 E-doc nº 07010233660201832 - Procedimento Administrativo nº 2017.0002420 (1ª P.J. de Miranorte);
29.23 E-doc nº 07010236236201841 - Inquérito Civil Público nº 024/2015 (5ª P.J. de Porto Nacional);	30.11 E-doc nº 07010235476201827 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005239 (6ª P.J. de Gurupi);
29.24 E-doc nº 07010236715201866 - Inquérito Civil Público nº 010/2017 (P.J. de Novo Acordo);	30.12 E-doc nº 07010235783201816 - Procedimento Administrativo nº 2018/7697 (CAOP DO CONSUMIDOR);
29.25 E-doc nº 07010237459201824 - Notícia de Fato nº 2018.0005487 (8ª P. J. de Gurupi);	30.13 E-doc nº 07010235805201831 - Procedimento Administrativo nº 18294/2017 (COAPDO CONSUMIDOR);
29.26 E-doc nº 07010237455201846 - Notícia de Fato nº 2017.0002832 e Inquérito Civil nº 2017.0001420 (8º P. J. de Gurupi);	30.14 E-doc nº 07010235583201855 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005574 (6ª P.J. de Gurupi);
29.27 E-doc nº 07010234791201837 – Inquérito Civil Público nº 03/2014 (4ª P. J. de Porto Nacional);	30.15 E-doc nº 07010235582201819 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005618 (6ª P.J. de Gurupi);
29.28 E-doc nº 07010237010201866 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006720 (5ª P. J. de Araguaína);	30.16 E-doc nº 07010237451201868 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004836 (6ª P. J. de Gurupi);
29.29 E-doc nº 07010237010201866 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006967 (5ª P. J. de Araguaína);	30.17 E-doc nº 07010237450201813 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005143 (6ª P. J. de Gurupi);
29.30 E-doc nº 07010237010201866 – Procedimento	30.18 E-doc nº 07010236891201814 – Procedimento Administrativo nº 2017.0000655 (2ª P. J. de Guaraí);

- 30.19 E-doc nº 07010237468201815 – Procedimentos Administrativos nºs 2017.0002579; 2017.0000991; 2018.0005121 e 2017.0001801. - (6ª P. J de Porto Nacional);
- 31 Expedientes informando instauração de Notícias de Fato:
- 31.1 E-doc nº 07010231963201811 – Notícia Fato nº 2018.0006796 (2ª P.J de Guaraí);
- 31.2 E-doc nº 07010232092201852 – Notícia Fato nº 2018.0006835 (2ª P.J. de Guaraí);
- 31.3 E-doc nº 07010232333201863 – Notícia Fato nº 2018.0006871 (1ª P.J. de Miranorte);
- 31.4 E-doc nº 07010233313201818 – Notícia Fato nº 2018.0006835 (2ª P.J. de Guaraí);
- 31.5 E-doc nº 07010234388201816 – Notícia de Fato 2018.0007131 (P.J. de Guaraí);
- 31.6 E-doc nº 07010235990201862 – Notícia de Fato 2018.0007360 (2ª P.J. de Guaraí);
- 31.7 E-doc nº 07010235472201849 – Notícia de Fato nº 2018.0007294 (2ª P.J. de Colméia);
- 31.8 E-doc nº 07010236290201895 – Procedimento Administrativo nº 20180005308 (5ª P.J. de Araguaína);
- 31.9 E-doc nº 07010235471201811 - Notícia de Fato nº 2018.0007293 (2ª P. J. de Colméia);
- 31.10 E-doc nº 07010237021201846 – Notícia de Fato nº 2018.0007528 - (9ª P. J da Capital);
- 31.11 E-doc nº 07010237581201817 – Notícia de Fato nº 2018.0007610 - (P. J de Tocantínia);
- 31.12 E-doc nº 07010237021201846 – Notícia de Fato nº 2018.0007528 - (P. J de Tocantínia);
- 32 Expediente informando firmamento de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC:
- 32.1 E-doc nº 07010232092201852 – Notícia Fato nº 2018.0005698 (12ª P. J de Araguaína);
- 32.2 E-doc nº 07010232301201868 – Inquérito Civil Público nº 018/2014 (3ª P. J de Porto Nacional);
- 32.3 E-doc nº 07010233812201813 – Inquérito Civil Público nº 03/2014 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 33 Expediente comunicando aditamento de Portaria de instauração de Procedimentos Extrajudiciais:
- 33.1 E-doc nº 07010232092201852 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004420 (9ª P. J. da Capital);
- 34 Apreciação de feitos:
- 34.1 Feitos da relatoria do Conselheiro José Omar de Almeida de Júnior:
- 34.1.1. Autos CSMP nº 277/2016 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 052/2015;
- 34.1.2. Autos CSMP nº 063/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 031/2013;
- 34.1.3. Autos CSMP nº 416/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 056/2015;
- 34.1.4. Autos CSMP nº 466/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 189/2014 (2014/23862);
- 34.1.5. Autos CSMP nº 521/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 255/2015;
- 34.1.6. Autos CSMP nº 654/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 041/2015
- 34.1.7. Autos CSMP nº 664/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 001/2012;
- 34.1.8. Autos CSMP nº 669/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento das Peças de Informação nº 034/2008;
- 34.1.9. Autos CSMP nº 674/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento da Peça de Informação nº 08001.001772/2009-15;
- 34.1.10. Autos CSMP nº 699/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento das Peças de Informação nº 1.36.000.000479/2008-31;
- 34.1.11. Autos CSMP nº 788/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 300/2016;
- 34.1.12. Autos CSMP nº 225/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 003/2007;
- 34.1.13. Autos CSMP nº 233/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 013/2007;
- 34.1.14. Autos CSMP nº 238/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 018/2007;
- 34.1.15. Autos CSMP nº 242/2018 - Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 025/2007;
- 34.1.16. Autos E-Ext. nº 2017.0001540 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2017.0001540;
- 34.2 Feitos da relatoria do Conselheiro Alcir Raineri Filho:
- 34.2.1. Autos CSMP nº 299/2016 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2015.2.29.22.0031 – 2015/1709;
- 34.2.2. Autos CSMP nº 629/2016 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 027/2016;
- 34.2.3. Autos CSMP nº 373/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 062/2014 – 2014/14038;
- 34.2.4. Autos CSMP nº 428/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 001/2016;
- 34.2.5. Autos CSMP nº 701/2017 – Interessada: 19ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2015.2.29.19.0100;

- 34.2.6. Autos CSMP nº 706/2017 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 054/2016;
- 34.2.7. Autos CSMP nº 711/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 005/2016;
- 34.2.8. Autos CSMP nº 716/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2016/18304;
- 34.2.9. Autos CSMP nº 782/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 330/2016;
- 34.2.10. Autos CSMP nº 793/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 317/2016;
- 34.2.11. Autos CSMP nº 083/2018 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 010/2015;
- 34.2.12. Autos CSMP nº 204/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Pium. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 028/2016;
- 34.2.13. Autos CSMP nº 257/2018 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 009/2016;
- 34.2.14. Autos CSMP nº 460/2018 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 004/2017;
- 34.3 Feitos da relatoria do Conselheiro João Rodrigues Filho:
- 34.3.1. Autos CSMP nº 463/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 027/2015;
- 34.3.2. Autos CSMP nº 609/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 006/2014;
- 34.3.3. Autos CSMP nº 624/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 007/2014;
- 34.3.4. Autos CSMP nº 649/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 235/2015;
- 34.3.5. Autos CSMP nº 811/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 275/2015;
- 34.3.6. Autos CSMP nº 846/2017 – Interessada: 20ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2016.6.29.20.0340 (2016/9707);
- 34.3.7. Autos CSMP nº 879/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2013.6.29.23.0392;
- 34.3.8. Autos CSMP nº 890/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2012.6.29.23.0280;
- 34.3.9. Autos CSMP nº 941/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 005/2013;
- 34.3.10. Autos CSMP nº 945/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 059/2014;
- 34.3.11. Autos CSMP nº 950/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2016.6.29.23.0114;
- 34.3.12. Autos CSMP nº 952/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2012.2.29.22.0001;
- 34.3.13. Autos CSMP nº 961/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2012.2.29.22.0042 – 2012/12897;
- 34.3.14. Autos CSMP nº 962/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.23.0020;
- 34.3.15. Autos CSMP nº 991/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 000091.2002.10.001/1;
- 34.3.16. Autos CSMP nº 995/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Goiatins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 013/2009;
- 34.3.17. Autos CSMP nº 1027/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 021/2015;
- 34.3.18. Autos CSMP nº 1041/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 14/2014;
- 34.3.19. Autos CSMP nº 1073/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Itacajá. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 006/2009;
- 34.3.20. Autos CSMP nº 344/2018 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguaatins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 008/2005;
- 34.3.21. Autos CSMP nº 349/2018 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguaatins. Assunto: Promoção de Arquivamento da Peça de Informação nº 048/2009;
- 34.3.22. Autos CSMP nº 351/2018 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguaatins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 001/2001;
- 34.3.23. Autos CSMP nº 490/2018 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 087/2006;
- 34.3.24. Autos E-Ext. nº 2017.0000264 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2017.0000264;
- 34.3.25. Autos E-Ext. nº 2018.0004910 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Declínio de Atribuição da Notícia de Fato nº 2018.0004910;
- 34.3.26. Autos E-Ext. nº 2018.0005995 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2018.0005995;
- 34.3.27. Autos E-Ext. nº 2018.0006717 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Declínio de Atribuição da Notícia de Fato nº 2018.0006717;
- 34.3.28. Autos E-Ext. nº 2018.0007202 – Interessada:

Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Declínio de Atribuição da Notícia de Fato nº 2018.0007202;

34.4 Feitos da relatoria do Conselheiro José Demóstenes de Abreu:

34.4.1. Autos CSMP nº 208/2015 – Interessado: 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 052/2009;

34.4.2. Autos CSMP nº 444/2015 – Interessado: Promotoria de Justiça de Alvorada. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 013/2017;

34.4.3. Autos CSMP nº 266/2016 – Interessado: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2015.2.29.22.0005;

34.4.4. Autos CSMP nº 281/2016 – Interessado: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 021/2015;

34.4.5. Autos CSMP nº 536/2016 – Interessado: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 001/2010;

34.4.6. Autos CSMP nº 626/2016 – Interessado: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 049/2015;

34.4.7. Autos CSMP nº 684/2016 – Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 002/2013;

34.4.8. Autos CSMP nº 770/2016 – Interessado: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 044/2012;

34.4.9. Autos CSMP nº 832/2016 – Interessado: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Recurso administrativo em face do indeferimento da Notícia de Fato nº 058/2016;

34.4.10. Autos CSMP nº 435/2017 – Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 014/2016;

34.4.11. Autos CSMP nº 460/2017 – Interessado: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 035/2015 – 2015/6569;

34.4.12. Autos CSMP nº 485/2017 – Interessado: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 007/2015;

34.4.13. Autos CSMP nº 515/2017 – Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 276/2015;

34.4.14. Autos CSMP nº 539/2017 – Interessado: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 007/2007;

34.4.15. Autos CSMP nº 564/2017 – Interessado: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 082/2012;

34.4.16. Autos CSMP nº 590/2017 – Interessado: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 011/2016;

34.4.17. Autos CSMP nº 776/2017 – Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins.

Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 329/2016;

34.4.18. Autos CSMP nº 079/2018 – Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 078/2016;

34.4.19. Autos CSMP nº 149/2018 – Interessado: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 214/2014;

34.4.20. Autos CSMP nº 154/2018 – Interessado: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 209/2014;

34.4.21. Autos CSMP nº 199/2018 – Interessado: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2013.6.29.27.0180 – 2013/11824;

34.4.22. Autos CSMP nº 210/2018 – Interessado: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2013/11803 – 2013.6.29.27.0174;

34.4.23. Autos CSMP nº 215/2018 – Interessado: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2013.6.29.27.0432 – 2013/21870;

34.4.24. Autos CSMP nº 687/2018 – Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Araguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 015/2006;

34.4.25. Autos E-Ext. nº 2018.0000300 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Recurso em face de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2018.0000300;

34.5 Feitos da relatoria do Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra:

34.5.1. Autos CSMP nº 691/2016 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 004/2016;

34.5.2. Autos CSMP nº 367/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 009/2015;

34.5.3. Autos CSMP nº 472/2017 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 016/2015;

34.5.4. Autos CSMP nº 527/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 279/2015;

34.5.5. Autos CSMP nº 576/2017 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2015.2.29.24.0134;

34.5.6. Autos CSMP nº 1053/2018 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis. Assunto: Declínio de Atribuição da Notícia de Fato nº 318/2015;

35 Outros Assuntos.

PUBLIQUE-SE.

Palmas, 07 de agosto de 2018.

José Omar de Almeida Júnior

Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CSMP/TO

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/1580/2018

Processo: 2018.0007649

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, em substituição automática da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso das atribuições previstas no artigo 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 2º e seguintes da Resolução nº 03/2008, do CSMP/TO;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo-lhe, entre outras, ações em defesa do patrimônio público e da probidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Administração Pública de qualquer dos entes da Federação, inclusive suas sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades autárquicas e fundacionais, devem necessariamente obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as repetitivas obras de reforma na infraestrutura do Aeroporto de Araguaína a partir de 2011, as quais, já foram motivo de Ações Judiciais, e até o momento ainda não foram finalizadas ou tiveram sua perfeita adequação, como pode ser notado nos autos do Procedimento Administrativo 002/2017 deste Parquet. Além disto, a pouca oferta de voos neste aeroporto, com apenas uma concessão de transporte aéreo. O que pode ser motivado pela má conservação da infraestrutura, pela inadequação das reformas já efetuadas ou até mesmo a possibilidade de monopólio na oferta de transporte aéreo neste aeroporto.

CONSIDERANDO que a da conduta noticiada pode configurar ato de improbidade administrativa lesivo aos princípios reitores da Administração Pública e ao patrimônio público municipal, nos termos da Lei 8.429/92, sujeitando o infrator e demais partícipes às sanções previstas na legislação indicada, bem como à reparação de eventual dano ao erário;

RESOLVE:

Instaurar de ofício o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo apurar as irregularidades apontadas, determinando, para tanto, as seguintes providências:

- 1) Registro e atuação no sistema eletrônico;
- 2) Designo o servidor Felipe Eduardo Rocha Pinheiro para secretariar o feito;
- 3) Cientifique-se o Colendo Conselho Superior do Ministério

Público do Tocantins dando ciência da instauração do Inquérito Civil, com cópia da presente portaria, para os fins do artigo 62 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e artigo 19, §2º, Incisos I e II, da Resolução nº 003/2008 do CSMP/TO;

4) Afixe-se cópia da presente Portaria no placar da sede da Promotoria de Justiça, lavrando-se a respectiva certidão;

5) Oficie-se ao Município de Araguaína requisitando a remessa ao Ministério Público do seguinte:

a) cópias dos processos licitatórios e de concessões relativas ao transporte aéreo no aeroporto de Araguaína;

b) cópia da cooperação técnica entre Município de Araguaína e a empresa atualmente responsável pela administração do aeroporto de Araguaína, especificando valores e tempo de concessão;

c) cópia das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação para as obras do aeroporto de Araguaína;

d) informações sobre os tipos de aeronaves que poderão utilizar o aeroporto após as atuais obras, especificando o que será alterado na infraestrutura do aeroporto para atender as normas da ANAC para a devida liberação de voo para estas aeronaves;

e) o cronograma mensal das obras de infraestrutura no aeroporto de Araguaína.

6) Oficie-se as Companhias Aéreas GOL, LATAM, AVIANCA e AZUL e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR, informando sobre a abertura do presente Inquérito Civil Público e solicitar o seguinte:

a) informar ao Ministério Público Estadual se há interesse comercial em operar na cidade de Araguaína e quais os instrumentos de melhoria na infraestrutura que serão necessários para que esta operação ocorra;

7) Oficie-se ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil solicitando o seguinte:

- Perícia técnica nas obras do aeroporto de Araguaína, no que refere-se a elaboração de projeto de ajustes de faixas para grandes aeronaves, área de segurança, recuperação de pavimentos, reforma e ampliação do terminal de passageiros, reforma da seção contra incêndio, auxiliar e navegação aérea.

A fim de dar publicidade. Encaminhe-se ao Diário Oficial Eletrônico do MPTO.

Cumpra-se.

ARAGUAINA, 06 de Agosto de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA
06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

DEFESA DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA PP Nº.: 2018.0004813.

INVESTIGANTE: Dr. AIRTON AMILCAR MACHADO MOMO – 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88, art. 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 8.625/93; art. 8º, §1º da Lei 7.347/85.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar fatos e eventuais responsabilidades quanto à irregularidades urbanísticas e ruas intransitáveis no Setor Itaipu, em Araguaína.

INTERESSADO(S): ACOLETIVIDADE, PREFEITURAMUNICIPAL DE ARAGUAÍNA e GENIVAL OLIVEIRA DE CARVALHO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 18 de julho de 2018.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA

Inquérito Civil: 2016.3.29.09.0289 (2016/19364)

Investigado: Marliete de Oliveira Gomes Silva

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº. 005/2008 (fls. 2/3), de 11 de setembro de 2008, com o fim de apurar eventual ressarcimento ao erário do Estado do Tocantins, em decorrência de eventual percepção de remuneração sem efetiva contraprestação laboral de servidor público, ocupante de cargo em comissão, consubstanciado na suposta ausência regular ao local de trabalho e do consequente descumprimento da carga horária.

O procedimento teve origem em decorrência de Processo nº 2007.43.00.904906-8 oriundo do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Tocantins. (fls. 2)

Requisitou-se, em 14 de março de 2014, informações atinentes se a servidora sra. Marliete de Oliveira Gomes Silva, cópias de frequências, bem como respectivas fichas financeiras, (fls. 125), demanda atendida em 14 de abril de 2014 (fls.127/192).

Novamente, foram requisitadas informações, em 25 de abril de 2017 (fls. 198), referentes a frequência da servidora, no entanto na fls. 211, alegando que a solicitação de documentação pertinente da servidora, nunca fez parte dos quadros funcionais da estrutura da Secretaria, no entanto como é notável, encontra-se a documentação solicitada nos próprios autos, na qual já haviam sido atendidas. (fls.127/192).

Os autos vieram para deliberação em sede do Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva.

É o relato do quanto necessário.

O inquérito civil deve ser **arquivado**.

A denúncia veiculada descreveu, *in verbis* (fls. 2):

Declarações de Jair Salviano da Silva e das testemunhas, prestadas perante o Excelentíssimo Senhor Juiz Federal nos autos no Processo supra referido, confirmado que a senhora Marliete de Oliveira Gomes Silva, esposa do primeiro, com o mesmo reside e trabalha na roça da sua propriedade rural denominada “São Benedito”, localizada no Município de Tupirama-TO, e, que a mesma não trabalha em nenhum outro lugar, embora conste da documentação encaminhada em anexo, que a referida senhora é Servidora Pública Estadual, nomeada em carga comissionado, com lotação no Gabinete do Senhor Governador do Estado, desde 18 de outubro 2004, percebendo a título de remuneração R\$ 1.020,00 (um vinte e vinte reais) por mês.

Conforme se depreende do exame dos autos, a servidora em comento, Sra. Marliete de Oliveira Gomes Silva, comprovou com cópia integral da sua folha de frequência concernente ao período de novembro/2004 até setembro/2009, conforme as fls. 127/192

Assim sendo, comprovado que a servidora estava trabalhando.

Dessa forma, não houve a caracterização de ato de improbidade administrativa.

Ante o exposto, o **Ministério Público promove o ARQUIVAMENTO** do presente **Inquérito Civil**.

Intimem-se os investigados e publique-se.

Encaminhem-se, no tríduo legal, os autos ao Conselho Superior do Ministério Público, para análise e homologação da promoção de arquivamento.

Araguaína, 6 de junho de 2018.

Célem Guimarães Guerra Júnior

Promotor de Justiça Substituto

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 130/2018, autuada a partir de denúncia anônima, a qual denota possível irregularidade no edital de processos licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 080/2011 realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, no entanto, após instrução preliminar conclui-se que a licitação para registro de preços mencionada na representação não resultou em contratação do serviços. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 07 agosto de 2018.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 120/2018, autuada a partir de denúncia anônima, a qual denota possível superfaturamento de contratação de sistemas informáticos para gestão hospitalar entrea Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar-PRÓ SAÚDE, ENTÃO FGESTORA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO Estado e empresa DNMW-Sistemas Ltda, no entanto, a mesma já foi objeto de Ação Civil Pública de ressarcimento ao erário autos nº 0001845-79.2015.827.2729. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 07 agosto de 2018.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução

003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 120/2018, autuada a partir de denúncia anônima, a qual denota possível irregularidade em cumprimento de carga horária de médicos no Hospital Geral de Palmas, no entanto, não são apresentados fatos concretos, o que impossibilita a deflagração de qualquer ato instrutório por esta Promotoria de Justiça. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 07 agosto de 2018.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 083/2018, autuada a partir de denúncia anônima, a qual denota possíveis irregularidades em edital no concurso público realizado em 2010, destinado a provimento de vagas de cargos da Administração Municipal de Aliança do Tocantins, no entanto, em razão do lapso temporal desde a data de representação o presente feito tornou-se inócuo. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 07 agosto de 2018.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 112/2018, realizada em caráter sigiloso, a qual denota possível desvio de finalidade de remoção de agentes e delegado de Polícia Civil em Araguaína-TO no ano de 2011, no entanto, o agente publico que supostamente praticou a irregularidade veio a óbito em 02 de novembro de 2017. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 07 agosto de 2018.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2018.0007250, autuada a partir de denúncia anônima formulada junta a Ouvidoria deste Parquet em 04/07/2018 sob o protocolo nº 07010233879201831 em que relata a existência de servidores que percebem seus vencimentos sem a necessária contraprestação laboral no âmbito da Secretaria de Estado da Assistência Social. Tendo em vista que a insuficiência de elementos torna inviável a persecução civil por este órgão ministerial. Informa ainda que, caso queira, poderá qualquer interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 07 de maio de 2018.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI**NOTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO****EDITAL**

A Promotora de Justiça, Dr.ª Maria Juliana Naves Dias do Carmo, Titular da 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 209, § 1.º, da Resolução n.º 009/2015 (Regimento Interno), do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, **NOTIFICA** o Representante Anônimo, acerca da Decisão de **Indeferimento da Representação** registrada como Notícia de Fato nº 2018.0006461, a qual visa apurar a existência de poluição sonora provocada por sereftas executadas na Avenida Araguaia, Setor Campos Belos, em Gurupi-TO. Esclarecendo que, caso queira, poderá interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos no prazo de 10 (dez) dias (a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Tocantins), perante a 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, nos termos do art. 5º, §§ 1º e 2º, da Resolução CNMP n.º 023/2007 e do art. 12, §§ 1º e 3º da Resolução n.º 03/2008/CSMP-TO.

INDEFERIMENTO DA NOTICIA DE FATO**Processo: 2018.0006461**

Trata-se de Notícia de fato instaurada com base em **representação anônima**, noticiando a existência de poluição sonora provocada por sereftas executadas na Av. Araguaia, Setor Campos Belos, em Gurupi-TO.

Oficiada a Coordenação de Posturas e Edificação para que procedesse vistoria no local, (evento 02).

Em resposta, foi informado que os fiscais de posturas procederam vistoria no estabelecimento durante os dias 08, 12 e 14 de junho e dia 1º de Julho e, em todas as visitas, encontraram-no fechado, impossibilitando a aferição do nível sonoro, evento 06.

É o relatório necessário.

Segundo o representante, no local indicado funcionava um bar no qual eram realizadas sereftas aos finais de semana.

Porém, ao que tudo indica, o proprietário do estabelecimento optou por encerrar as atividades, vez que os fiscais da Coordenação de Posturas e Edificação estiveram no local em 04 (quatro) dias e horários diferentes (entre as 8h31min e 22h1min) e sempre encontraram o estabelecimento fechado (evento 06).

Assim, há se concluir que não estão mais sendo realizadas as sereftas narradas na representação.

Ante o exposto, com fundamento no art. 4º, I, da Resolução n.º 174/2017 do CNMP, **indefiro a representação**.

Cientifique-se o **representante**, através de publicação desta decisão no Diário Oficial Eletrônico do MPE/TO, advertindo-lhe que, caso queira, poderá interpor recurso administrativo, acompanhado das respectivas razões, perante esta 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no prazo de 10 dias (artigo 12, § 1º, da Resolução n.º 003/08/CSMP/TO).

Acaso interposto recurso, volvam-me os autos conclusos, imediatamente, para eventual exercício do juízo de reconsideração do *decisum*.

Decorrido o prazo para interposição de recurso administrativo, arquivem-se os autos na origem, anotando-se em livro próprio. Dê-se ciência desta decisão, também, ao **Município de Gurupi/TO**.

GURUPI, 24 de Julho de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
ROBERTO FREITAS GARCIA
07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/1591/2018**

Processo: 2017.0002180

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu Promotor de Justiça signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais (art. 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93; e art. 60, inciso VII, da Lei Complementar estadual nº 51/08) e regulamentares (Resolução nº 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público).

RESOLVE instaurar **INQUÉRITO CIVIL**, com a seguinte configuração:

1. Delimitação do objeto de apuração e pessoas envolvidas: danos ambientais consistentes em desmatamentos ocorridos na região do "Ioteamento Porteirainha" 3ª etapa, Zona Rural, distrito de Luzimangues, Porto Nacional-TO, atribuídos a José Pereira de Sousa, CPF: 155.868.472-72, RG 1417744 SSP-MA, filho de Raimunda Pereira de Sousa e Miguel Coimbra de Sousa, residente na Quadra 605 Norte, QI 02, AI 01, Lote 19, Plano Diretor Norte, Palmas -TO, cep: 77.001.749 e Lindomar da Silva Monte, CPF: 972.581.053-87, RG: 55894996 SSP-MA, filho de Helena Pereira da Silva e José do Monte, residente na Lago Sul- Taquaralto, Rua RN 08, QI 28, LT 42, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP: 77.000-000, bem como a outras pessoas ainda não identificadas.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

2. Fundamento legal que autoriza a atuação do Ministério Público: Ao Ministério Público compete propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente (art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81);

3. Determinação das diligências iniciais:

Expeçam-se os seguintes ofícios requisitórios:

3.1) ao IBAMA a fim de que informe: (a) relativamente à área conhecida como "Loteamento Porteira" (em todas as suas possíveis etapas de implantação) ou identificada por "Projeto de Assentamento Porteira", todas as perícias de que disponha, notificações e autuações que fez por causa de supressão de cobertura vegetal sem licença (e outros danos ambientais), indicando se esta ocorreu em área de preservação permanente ou reserva legal, e a sua localização exata, apresentada preferencialmente através de imagens de satélite (discriminando locais desmatados); (b) se há área de remanescente de vegetação nativa ao redor da área desmatada, e se este desmatamento resultou em erosão no solo, indicando a extensão do dano; (c) se o desmatamento em APP eventualmente identificado provocou a intermitência de recurso hídrico, mortandade de peixe ou afetou de outra forma a biota local, e de que forma; (c) se já foram identificados todos os proprietários das áreas em que foram constatados danos ambientais, relacionando os respectivos nomes.

3.2) ao INCRA a fim de que informe: (a) se esta área do "Loteamento Porteira" se trata de projeto de Assentamento, e se já houve obtenção da terra, criação deste projeto e seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito, implantação de infraestrutura básica, titulação etc.; (b) quantas pessoas/famílias estão residindo na área deste loteamento, e se foram cadastradas pelo INCRA; (c) se foi identificada a prática de danos ambientais, e, em caso positivo, a extensão desse dano e os respectivos autores, bem como providências tomadas.

3.3) Com o resultado dessas diligências, deverá ser avaliada a necessidade de notificação, a fim de prestar esclarecimentos, de Cristóvão Marcus Abdalla, e das seguintes pessoas (supostamente proprietários das áreas em que ocorreram danos ambientais), entre outras, para fins de recuperação de área degradada (em face da responsabilidade objetiva e da obrigação "propter rem"): Francisco da Costa Alencar (e-Proc 00033326020158272737); Antônia Célia Pires de Sousa (e-Proc 00161385420158272737); Luiz Felipe Grava do Nascimento (e-Proc 50087939320138272737 e 00053242220168272737); Domingos Yanez Arias (e-Proc 00063849820148272737); Investco S/A (e-Proc 50057375220138272737 e 0001681-90.2015.827.2737).

4. Designo a Técnica Ministerial Núbia Lopes de Oliveira Guedes e Assistente Administrativo Raianne Nunes Rodrigues para secretariarem o presente inquérito, independentemente de termo de compromisso, devendo-se atentar para a necessidade de que as requisições expedidas sejam sempre acompanhadas de cópia desta portaria (por força do art. 6º, § 10, da Resolução nº 23/2007 do CNMP);

5. Determino a afixação da portaria no local de costume, bem como a **comunicação da instauração deste Inquérito Civil ao Conselho Superior do Ministério Público.**

PORTO NACIONAL, 07 de Agosto de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
RODRIGO GRISI NUNES
07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/1592/2018

Processo: 2018.0000408

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu Promotor de Justiça signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais (art. 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93; e art. 60, inciso VII, da Lei Complementar estadual nº 51/08) e regulamentares (Resolução nº 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público).

RESOLVE instaurar **INQUÉRITO CIVIL**, com a seguinte configuração:

1. Delimitação do objeto de apuração e pessoas envolvidas: notícia de transgressão de postura municipal em decorrência de abertura irregular da Rua "Areias" (anteriormente denominada "Madeira"), pelo município de Porto Nacional-TO.

2. Fundamento legal que autoriza a atuação do Ministério Público: Ao Ministério Público compete instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos e da ordem urbanística (art. 129, III, da CF/88, e arts. 1º, VI, e 5º, I, da Lei 7.347/1985);

3. Determinação das diligências iniciais:

3.1) Requistem-se, à Prefeitura, informações e documentos quanto a alteração feita na Rua "Areias" (anteriormente denominada "Madeira"), esquina com a Av. Joaquim Aires, e se houve desapropriação da área para onde foi desviada a rua, supostamente passando sobre a propriedade do declarante, Antônio Aier Lopes Pereira, considerando seu poder de polícia administrativa.

4. Designo a Técnica Ministerial Núbia Lopes de Oliveira Guedes e Assistente Administrativo Raianne Nunes Rodrigues para secretariarem o presente inquérito, independentemente de termo de compromisso, devendo-se atentar para a necessidade de que as requisições expedidas sejam sempre acompanhadas de cópia desta portaria (por força do art. 6º, § 10, da Resolução nº 23/2007 do CNMP);

5. Determino a afixação da portaria no local de costume, bem como a **comunicação da instauração deste Inquérito Civil ao Conselho Superior do Ministério Público.**

PORTO NACIONAL, 07 de Agosto de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
RODRIGO GRISI NUNES
07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/1524/2018

Processo: 2017.0003052

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu Promotor de Justiça signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais (art. 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93; e art. 60, inciso VII, da Lei Complementar estadual nº 51/08) e regulamentares (Resolução nº 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público).

RESOLVE instaurar **INQUÉRITO CIVIL**, com a seguinte configuração:

1. Delimitação do objeto de apuração e pessoas envolvidas: notícia, dada por Edgar Ibrapu da Silva, de carência na prestação dos serviços públicos, de saúde e de iluminação pública, no Distrito de Luzimangues, em Porto Nacional/TO

2. Fundamento legal que autoriza a atuação do Ministério Público: Ao Ministério Público incumbe zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF/88);

3. Determinação das diligências iniciais:

3.1) Requistem-se, à Secretaria de Saúde de Porto Nacional e à Subprefeitura de Luzimangues, informações e documentos quanto ao fato objeto deste Inquérito, de modo a esclarecer especificamente em relação à prestação de serviço de saúde (especialmente o de emergência, como noticiado) e o de iluminação pública, no Distrito de Luzimangues.

4. Designo a Técnica Ministerial Núbia Lopes de Oliveira Guedes e Assistente Administrativo Raianne Nunes Rodrigues para secretariarem o presente inquérito, independentemente de termo de compromisso, devendo-se atentar para a necessidade de que as requisições expedidas sejam sempre acompanhadas de cópia desta portaria (por força do art. 6º, § 10, da Resolução nº 23/2007 do CNMP);

5. Determino a afixação da portaria no local de costume, bem como a comunicação da instauração deste Inquérito Civil ao Conselho Superior do Ministério Público.

PORTO NACIONAL, 27 de Julho de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
RODRIGO GRISI NUNES

07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARÁ

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PP/1590/2018

Processo: 2018.0007669

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo 3º Promotor de Justiça de Guaraí-TO, no exercício de suas atribuições previstas no art. 129, III e IX, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei nº 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, nos artigos 60, inciso VII e 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08, na Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição Federal;

Considerando que o Código Civil trouxe a classificação dos bens públicos como sendo: bens públicos de uso comum do povo, bens públicos de uso especial e bens dominicais, a depender da destinação e da afetação conferida a esses bens (artigo 99, Código Civil);

Considerando que os bens públicos de uso especial estão afetados, isto é, destinados especificamente ao uso da Administração Pública para a execução dos serviços públicos (artigo 99, inciso II, Código Civil);

Considerando que a afetação torna o bem público inalienável, imprescritível e impenhorável, enquanto mantiver essa condição;

Considerando que “Os bens próprios, vinculados e indispensáveis para a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, constituem-se como bens públicos, não podendo ser removidos, alienados, dados em garantia ou utilizados com qualquer outro fim que não seja o abastecimento de água ou esgotamento sanitário.” (artigo 47, Lei n. 1.017/1998);

Considerando o Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços de Água e Esgoto Sanitários firmando entre o Município de Guaraí/TO e a Companhia de Saneamento do Tocantins-Saneatins, onde estabelece, dentre outras obrigações, que “Os bens referidos no parágrafo anterior, bem como todos os bens futuramente implantados pela Saneatins ou Município, para prestação exclusiva e permanente do serviço público de água e esgoto, serão revestidos ao Município quando do término deste contrato de concessão.” (Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Quarto);

Considerando que a Delegacia de Investigação do MPE identificou que alguns imóveis vinculados ao serviço público e reversíveis ao poder concedente, localizados em Guaraí-TO, Matrículas n. 6.065 e 7.343, foram vendidos em 15/10/2014, para a empresa RB CAPITAL REALTY XIX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ 19.439.473/0001-18, através do Instrumento Particular de Contrato de Promoção de Venda Imobiliária Com Exclusividade;

Considerando que a empresa RB CAPITAL REALTY XIX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, no mesmo instrumento de contrato, contratou a Saneatins para promover a venda desses mesmos imóveis no mercado, com exclusividade, por meio da Cessão de Direitos Aquisitivos;

Considerando que os relatórios de vistoria realizado pelo CAOMA revelam que a SANEATINS firmou diversos pactos com o objetivo de alienar, com termo futuro, vários bens que são vinculados ao serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto de municípios tocantinenses;

Considerando a necessidade de apuração dos fatos noticiados,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

pois tais imóveis, por força de lei e de contrato de concessão, não poderiam ser alienados devido a finalidade a que se destinam, e que ao Ministério Público do Estado do Tocantins compete apurar eventual ofensa a Administração Pública.

RESOLVE:

Instaurar este Procedimento Preparatório, com fundamento nos artigos 60, inciso VII e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08, diante do que preceitua a Lei Federal no 7.347/85 e art. 4º, §1º da Resolução 003/2008 do CSMP-TO, para apurar a **ilegalidade e a invalidação das vendas de bens imóveis, Matrículas n. 6.065 e 7.343, afetados a prestação de serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto de município de Guaraí/TO.**

Determinar a realização das seguintes diligências:

a) Registre-se e autue-se a presente Portaria, anotando-se no registro eletrônico específico;

b) cientifique-se o E. Conselho Superior do Ministério Público, por intermédio do sistema E-Ext, dando-lhe conhecimento acerca da instauração do presente Procedimento Preparatório;

c) encaminhe-se extrato da presente portaria à Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, via Sistema E-Ext, a fim de que se proceda à publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, nos moldes entabulados no Ato n.º 017/2016 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins;

d) oficie-se a Companhia de Saneamento do Tocantins-Saneatins requisitando informações, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a alienação dos imóveis escrito sob as Matrículas n. 6.065 e 7.343, afetados a prestação de serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto de município de Guaraí/TO;

e) concluídas as diligências ou transcorrido o prazo para resposta, volvam-se os autos conclusos.

GUARAI, 07 de Agosto de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
ADRIANO ZIZZA ROMERO
03ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAI

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANANÁS

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/1593/2018

Processo: 2018.0007679

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça da Comarca de Ananás, Dr. CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA, que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e infraconstitucionais, nos termos do art. 129, III, da CF/88, art. 8º da Lei 7.347/85, art. 26, I, da Lei 8.625/93, e art. 60, VII, da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02/01/2008 e, ainda:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, da defesa da ordem urbanística e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso II, da Constituição Federal, e art. 1º, inc. III, da Lei 7.347/85, da LACP);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129, caput, CF/88);

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal ao elencar os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, como norteadores da atividade administrativa em quaisquer de suas esferas;

CONSIDERANDO que a probidade administrativa é um dos pilares de atuação do Ministério Público, na defesa do patrimônio público e dos princípios constitucionais acima referidos, podendo gerar responsabilidades de ordem civil, administrativa e penal contra o infrator, assim previsto no §4º, art. 37 da CF/88;

CONSIDERANDO que a ATS – Agência Tocantinense de Saneamento tem a concessão para prestação do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Angico/TO, sendo responsável pela manutenção e conservação dos bens necessários à execução desse serviço;

CONSIDERANDO a Reclamação formulada nesta Promotoria de Justiça pelo Secretário Municipal de Saúde de Angico, sr. Sérgio Miranda Lima, noticiando que a caixa d'água de abastecimento geral do Município de Angico encontra-se em péssimas condições de uso, com rachaduras, inviabilizando a distribuição adequada de água para a população, inclusive causando danos à saúde da comunidade, em especial de crianças;

RESOLVE instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, com objetivo de apurar o teor da Reclamação formulada pelo Secretário Municipal de Saúde de Angico/TO, em face da ATS – Agência Tocantinense de Saneamento no que toca à conservação de bens públicos, especificamente no sistema de distribuição de água potável, atingindo a caixa d'água que atende toda a cidade, causando prejuízo à saúde pública da população, determinando, imediatamente, as providências abaixo listadas e, durante o curso do procedimento, promover a coleta de informações, depoimentos, perícias e quaisquer outras diligências necessárias para o esclarecimento dos fatos, para posterior tomada das medidas judiciais ou extrajudiciais que o caso requer, ou ainda, o arquivamento dos autos, conforme seja, tudo em conformidade com o disposto na legislação de regência:

1º) Autuado e registrado o presente expediente por meio do Sistema e-ext, juntando-se os documentos oriundos da Representação apresentada;

2º) Requisite-se do sr. Secretário Municipal de Administração de Angico/TO, no prazo de 15 dias, que determine a realização de vistoria na caixa d'água de abastecimento e distribuição municipal, por engenheiro civil do Município, o qual deverá apresentar laudo pericial ao final do prazo assinalado;

3º) Notifique-se a ATS – Agência Tocantinense de Saneamento, na pessoa do seu Presidente para, no prazo de 15 dias, se manifestar sobre o teor da reclamação, inclusive indicando meios adequados e eficazes para sanar a questão investigada, apontando prazo para a solução da lide;

4º) Comunique-se ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, na qualidade de Presidente do Conselho Superior do Ministério Público a instauração deste INQUÉRITO CIVIL, remetendo-se-lhe cópia da Portaria inicial;

5º) Notifique-se o reclamante da instauração do presente ICP, enviando-lhe cópia desta Portaria;

6º) Afixe-se cópia desta Portaria no local de praxe, no átrio desta Promotoria de Justiça, para publicidade e conhecimento dos interessados para, caso queiram, apresentem documentos, razões escritas ou subsídios para melhor elucidação do fato investigado.


De conformidade com o disposto no art. 6º, § 1º, da Res. Nº 23, do CNMP, nomeio a Sra. Alessandra Kelly Fonseca Dantas, para servir como secretário, dispensando-a do compromisso legal, vez que se trata de servidora pública efetiva.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMPRADA-SE.

ANANAS, 07 de Agosto de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANANÁS

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira • Denuncie • Questione



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



www.mpto.mp.br



ouvidoria@mpto.mp.br